



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2024

OBJETO:

**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL
AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS E INSTRUMENTOS
MUSICAIS.**

SESSÃO PÚBLICA:

**28/06/2024
09:00hs**

EDITAL

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1435/2024**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **MUNICÍPIO DE PIAÇABUÇU**, pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.247.268/0001-01, por meio do Setor de Licitação, sediado na Praça São Francisco de Borja, nº 63, Centro, Piaçabuçu/AL, por meio do Pregoeiro designado pela Portaria nº 01/2024, de 02 de janeiro de 2024, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR ITEM**, da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e ainda de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Data da abertura da sessão pública: **28 de junho de 2024**
Horário da abertura das propostas: **09:00 (nove horas – horário de Brasília)**
Horário da disputa: **09:15 (nove horas e quinze minutos – horário de Brasília)**
Tempo da disputa: **Definido pelo Pregoeiro no ato do certame.**
Endereço eletrônico: **BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS (www.bnc.org.br).**

1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta licitação é o **Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Materiais Esportivos e Instrumentos Musicais**, visando atender a necessidades de todas as Secretarias Municipal, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será por item, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos aos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço unitário do ITEM, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

1.4.1. ANEXO I - Termo de Referência.

1.4.2. ANEXO II - Minuta de Ata de Registro de Preços

1.4.3. ANEXO III - Minuta de Contrato

1.4.4. ANEXO IV - Modelo de declaração relativa à proibição do trabalho do menor (Lei nº 9.854/99)- **(DECLARAÇÃO DEVERÁ ESTAR ANEXADA)**

1.4.5. ANEXO V - Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação - **(DECLARAÇÃO DEVERÁ ESTAR ANEXADA)**

1.4.6. ANEXO VI - Modelo de declaração de microempresa e empresa de pequeno porte ou cooperativa enquadrada no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007- **(DECLARAÇÃO DEVERÁ ESTAR ANEXADA)**

1.4.7. ANEXO VII - Modelo de declaração de inexistência de fatos impeditivos - **(DECLARAÇÃO DEVERÁ ESTAR ANEXADA)**

1.4.8. ANEXO VIII - Modelo de declaração de elaboração independente de proposta - **(DECLARAÇÃO DEVERÁ ESTAR ANEXADA)**

1.4.9 ANEXO IX - Modelo da planilha de formação de preços dos lotes - **(ATENÇÃO PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA)**

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. O processamento desta licitação será realizado sempre em SESSÃO PÚBLICA ONLINE via site www.bnc.org.br, sendo iniciado na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo, nos termos fixados neste Edital e seus anexos.

2.2. Poderão participar deste Pregão os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

2.2.1 A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.2.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.2.3. Os itens desta licitação cujo valor total estimando não ultrapassem à quantia de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinadas exclusivamente a ME, EPP e MEI, conforme Art. 48, Inciso I, da Lei Complementar 123/2006.

2.2.4. Em cumprimento ao disposto no artigo 48, Inciso III da Lei Complementar 123/2006, em razão da possibilidade de divisão dos itens, o limite de até 25% do total, será destinado às empresas enquadradas como MPE's.

2.2.5. Em razão do disposto no subitem acima poderão existir na presente contratação valores distintos entre os ofertados em empresas que se enquadraram e não, que estão regidas pela lei, ficando vedada a existência de dois preços para o mesmo item quando da contratação da mesma MPE.

2.2.6. Não havendo proposta vencedora de MPE's, para os itens da cota exclusiva, será concedido ao vencedor da cota principal.

2.3. Não poderão disputar esta licitação:

2.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);]

2.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.3.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.4. O impedimento de que trata o item 2.3.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.5. A vedação de que trata o item estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.2. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

3.4. Qualquer declaração, informação ou documento falso anexado ao sistema sujeitará o licitante às sanções administrativas previstas neste Edital, sem prejuízo de eventuais consequências de natureza civil e criminal.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

4.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.1.2. Valor unitário (o licitante deverá considerar o valor unitário do item);

5.1.3. Marca (por se tratar de licitação por item, onde existe um grupo de diversos itens, o licitante poderá indicar o termo "DIVERSAS", sendo obrigatória a indicação da marca de cada item que compõe o lote quando da formalização da proposta escrita e encaminhada para o campo de anexação do sistema);

- 5.2.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.2.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 4.2.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 4.2.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 4.2.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.3.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4.** O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.5.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 5.6.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 5.7.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.7.1.** Em casos excepcionais, devidamente justificado pelo licitante e a juízo do Pregoeiro, este poderá promover o cancelamento do lance.
- 5.8.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9.** O licitante deverá declarar, quando necessário, para cada item, em campo próprio do sistema BNC, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.
- 5.10.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas vigentes, quando participarem de licitações públicas;
- 5.10.1.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização dos órgãos competentes e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 6.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
 - 6.2.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

- 6.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5.1. O lance deverá ser ofertado **pelo valor UNITÁRIO do ITEM.**
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,10 (dez centavos).
- 6.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 6.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"aberto"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de dez minutos. Após esse prazo, será prorrogado automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos do período de duração da sessão pública sistema.
- 6.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 6.12.1. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
 - 6.12.2. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
 - 6.12.3. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro;.
- 6.13. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 6.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

- 6.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.18. O Critério de julgamento adotado será o **menor valor**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a lotes não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será verificado o porte da entidade empresarial, conforme cadastro prévio realizado pelo licitante. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.
- 6.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.25. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 6.26. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase aberta do modo de disputa aberto.
- 6.27. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
 - 6.28.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 6.28.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 6.28.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 6.28.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.29. Persistindo o empate após cumprimento do item 6.28, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- 6.29.1. empresas estabelecidas no Estado de Alagoas;
- 6.29.2. empresas brasileiras;
- 6.29.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.29.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 6.29.5. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
 - 6.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.31. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
 - 6.31.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;
 - 6.31.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
 - 6.31.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido no subitem anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.32. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.3 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - 7.1.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mediante os seguintes cadastros: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> e <http://ceis.cge.al.gov.br/>;
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
 - 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
 - 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o Decreto Municipal.

7.7. Será desclassificada a proposta que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.11. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

7.12. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, via e-mail, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.12.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá nas condições acima descritas, sob pena de não aceitação da proposta, dentro de **03 (três) dias úteis** contados da solicitação.

7.13. Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro solicitará ao licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, o documento comprobatório, podendo, se necessário, ocorrer o encaminhamento por via postal.

7.13.1. O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.15. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, apenas do licitante que teve sua proposta aceita na fase de julgamento.

8.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.2. a) SICAF;

8.1.3. b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.1.4. c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.1.5. d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

8.1.6. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

8.1.7. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.1.8. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.1.9. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.1.10. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.1.11. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.1.12. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.1.13. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

- 8.1.14.** O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
- 8.1.15.** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 8.1.16.** O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
- 8.1.17.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas** sob pena de inabilitação.
- 8.1.18.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 8.1.19.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.1.20.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.1.21.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 8.1.22.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 8.1.23.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 8.2.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.3.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.4.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.4.1.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 8.5.** O licitante que teve sua proposta aceita na fase de julgamento deverá apresentar, pelo SICAF ou pelo sistema, neste caso quando solicitado pelo pregoeiro, os seguintes documentos para habilitação:
- 8.5.1. Habilitação Jurídica:**
- 8.5.1.1.** documento de existência jurídica da pessoa, conforme abaixo, acompanhados de todas as alterações ou da consolidação;
- a) Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

- b) Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d)** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e)** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;
- f)** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g)** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- h)** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- i)** Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021;
- j)** Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.5.1.2. documento que autoriza a pessoa a exercer a atividade objeto da licitação.

8.5.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

8.5.2.1. Deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante;
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- f) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- g) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- h) cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

8.5.2.2. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.5.2.3. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.5.3. Habilitação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de falência ou insolvência civil, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação;
- b) Termo de Abertura e Encerramento do Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.
- c) índices contábeis:
 - Liquidez Corrente:
 - LC = $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
 - cujo resultado deverá ser ">" (maior ou igual) a 1,00.

O resultado ">" (maior ou igual) a 1,00, demonstra a capacidade de pagamento a curto prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto prazo com as dívidas também de curto prazo, de forma que não será aceitável resultado menor do que 1,00, pois demonstra que a empresa não possui recurso financeiro para honrar suas obrigações de curto prazo, o que pode inviabilizar a continuidade das atividades da empresa.

Liquidez Geral:

LG = $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}$

$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$

cujo resultado deverá ser ">" (maior ou igual) a 1,00.

O índice de Liquidez Geral demonstra a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto e no longo prazo com as dívidas também de curto e de longo prazo, sendo vedado o aceite de índice menor do que 1,00, que demonstra que a empresa não possui recursos financeiros suficientes para pagar as suas dívidas a longo prazo, o que pode comprometer a continuidade das empresas.

Solvência Geral:

SG = $\frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$

cujo resultado deverá ser ">" (maior ou igual) a 1,00.

O índice de Solvência Geral expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

Para os três índices (ILG, ILC e ISG), o resultado ">" (maior ou igual) a 1,00 é indispensável à comprovação da boa situação financeira, sendo certo que, quanto maior o resultado (1,20; 1,30; 1,50; etc.), melhor será a condição da empresa.

Assim, justificamos que escolhemos esses índices, por retratarem a situação financeira equilibrada, que aumentam consideravelmente o universo de competidores:

ILC: maior ou igual a 1,00;

ILG: maior ou igual a 1,00;

ISG: maior ou igual a 1,00.

Ante o exposto, essa exigência deve constar do Edital para demonstrar a situação EQUILIBRADA das licitantes, traduzindo os critérios objetivos do disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal, uma vez que a contratação de empresa em situação EQUILIBRADA é o mínimo que esta Administração Pública deve cercar-se para assegurar o integral cumprimento do contrato afastando assim, os licitantes com uma situação DEFICITÁRIA, uma vez que estes colocam em risco a execução do contrato.

i. Ademais, os índices escolhidos foram democráticos, na medida em que estabelecem um "mínimo" de segurança na contratação. Nesse sentido, justificamos que os índices estabelecidos acima, atendem ao disposto da LEI 14.133/21, pois permitem a comprovação da situação financeira da empresa de forma objetiva, foram estabelecidos em valores extremamente razoáveis e usualmente adotados para avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimo aceitáveis

8.5.4. Qualificação Técnica

- a) Pelo menos 01 (um) atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando expressamente que a licitante forneceu/executou satisfatoriamente o objeto da licitação. A comprovação deverá ser feita por meio de apresentação de documento(s) devidamente assinado(s), carimbado(s) e em papel timbrado da empresa ou órgão que adquiriu os produtos, sob o fundamento do art. 67, II, da Lei 14.133/21..

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia.

8.6.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#)):

8.9.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
e

8.9.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.10. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que a regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação.

8.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.2.

8.14.1. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.14.2. Havendo inabilitação, terá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.15. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

8.15.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) lote(s) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

8.16. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9. DOS RECURSOS

9.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo **30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

9.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

9.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

9.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

9.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

10.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11. DO CONTRATO OU NOTA DE EMPENHO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

11.1. Após a homologação da licitação, a Adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a ata de registro de preços, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.1.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.

11.1.2. Se a Adjudicatária, no ato da assinatura não comprovar que mantém as condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão manifestar-se no próprio sistema quanto ao interesse de participar do cadastro de reserva, reduzindo, ainda, seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado e anexando proposta readequada ao sistema.

12.1.1. A manifestação do licitante como interessado no cadastro de reserva, na ata da sessão, torna o licitante vinculado a futura ata de registro de preços para todos os fins e efeitos.

12.1.2. Os licitantes que se manifestarem como interessados no cadastro de reserva, terão que atender aos requisitos de habilitação constantes no item 9 deste edital.

12.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

12.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

12.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas no Decreto Municipal.

13. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível; ou

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.

13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

13.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.6. fraudar a licitação;

13.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento; ou

13.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

13.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. O licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.1. Multa de até 15% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante para as infrações previstas nos itens 13.1.1 a 13.1.4;

13.2.2. Multa de até 15% a 30% sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante para as infrações previstas nos itens 13.1.5 a 13.1.9;

13.2.3. Impedimento de licitar e de contratar com o Município de **Piaçabuçu**, pelo prazo de até três anos; em decorrência das infrações relacionadas nos itens 13.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante o Município de **Piaçabuçu**, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.5 a 13.1.9, bem como pelas infrações dos itens 13.1.1 a 13.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo de três a seis anos.

13.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.4. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.5. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art.158 da Lei nº 14.133/2021.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.6.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.6.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.7. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da contratação estão previstas na minuta do contrato anexo a este Edital.

13.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº LEI 14.133/21.

13.9. As multas serão recolhidas em favor do Município de **Piaçabuçu**, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Até três dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar ou solicitar esclarecimento deste edital.

14.1.1. O pregoeiro responderá a impugnação ou pedido de esclarecimento no prazo de três dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.2. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, observando-se as exigências quanto à divulgação das modificações no Edital.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser enviados através do sistema eletrônico (BNC), devendo os mesmos serem apresentados por escrito, instruídos com os documentos necessários ao seu conhecimento devidamente anexados.

14.4. Havendo impossibilidade da impugnação ou pedido de esclarecimento pelo sistema eletrônico, poderão ser enviados através de e-mail Licipmp@gmail.com ou através do protocolo geral do Prefeitura.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

15.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.3.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4. A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

15.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.8. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.9. Verificada a excepcionalidade da ocorrência de caso fortuito ou de força maior, caberá ao Pregoeiro, devidamente fundamentado, decidir quanto a melhor solução.

15.10. Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital, salvo em virtude de força maior ou caso fortuito, aceitável a juízo do Pregoeiro;

15.11. A assinatura dos documentos apresentados pelo licitante, poderá ocorrer no formato digital.

15.11.1. A assinatura digital decorrerá de certificado digital, o qual deverá ser emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica, necessitando demonstrar endereço eletrônico para autenticidade.

15.12. Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.

15.13. O Edital e seus Anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <https://transparencia.piacabucu.al.gov.br/>, pelo sistema eletrônico (BNC), bem como no setor de licitações, situado no endereço constante no preâmbulo, nos dias úteis, no horário das **08** horas às **14** horas.

15.13.1. O Edital também poderá ser disponibilizado por meio eletrônico, através de solicitação enviada ao e-mail: Licpmp@gmail.com, que será atendida em até 24 (vinte e quatro) horas, devendo a referida solicitação conter todos os dados necessários para identificação da licitante interessada.

15.14. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no órgão, situado no endereço constante no preâmbulo, nos dias úteis, no horário das **08** horas às **14** horas.

15.15. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos.

15.16. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 10.024/2019, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

15.17. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Piaçabuçu, Estado de Alagoas, com exclusão de qualquer outro.

Piaçabuçu /AL, xx de xxxxxx de 2024.

Marcos Jucelio de Argolo Militão
Secretário Adjunto
Secretaria de Compras, Convênios e Licitações
Órgão Gerenciador

PREGÃO ELETRÔNICO

ANEXO I

**TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO
(COMPRAS)**

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por escopo descrever os itens, especificações técnicas, quantitativos e demais condições gerais de atendimento, a fim de permitir **o Registro de Preço para eventual e futura AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS E INSTRUMENTOS MUSICAIS**, nos termos da tabela abaixo:

SUBGRUPO I – MATERIAIS ESPORTIVOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UNIDADE	EDUCAÇÃO	SAÚDE	ESPORTES	ASSISTENCIA	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 12 MESES
1	Fita para marcação para Atletismo Descrição: Confeccionada em Nylon para marcação das provas: arremesso de peso, lançamento de disco, de dardo e de martelo. Rolo 8X16	Unidade	50	-	05	-	55
2	Jump Profissional Com Aro De Reforço Suporta Até 180 Kg Descrição: Com pés reforçado e 32 molas lona de 2000 fios, molas em aço zincadas, e ganchos zincados estrutura em aço carbono.	Unidade	200	-	-	-	200
3	Kit de Badminton Descrição: Kit composto por: 4 Raquetes, 3 Petecas em nylon, 1 Rede com suportes e ganchos para fixação, 1 bolsa de armazenamento; Material: Poliamida/Titanium. Peso aproximado da raquete (altura x largura x comprimento): 66 x 20 x 3 cm.	Beckit	50	-	-	-	50

4	Kit Mini Band 5 Tensões Descrição: São 5 elásticos com 5 intensidades diferentes. Intensidade dos elásticos: Extra Leve (Verde – 2,2 kg); Leve (Azul – 4,5 kg); Médio (Amarela – 9 kg); Forte (Vermelha – 13,5 kg) e Extra Forte (Preta – 18 kg). Nacional. Material: Látex. Cor predominante: Verde, Azul, Amarela, Vermelha e Preta. Indicado para: Treino. Peso: 95g. Medidas aproximadas: Altura x Largura (A x L). Comprimento: 30cm Largura: 5cm. Garantia do fabricante: Contra defeito de fabricação.	Kit	30	-	-	-	30
5	Kit Treino Agilidade Funcional Ginastica Futebol Cones + Chapeu Chines + Escada De Agilidade Descrição: Itens inclusos: 1 escada com degraus em Nylon Aproximadamente 3x0,42 (CxL); 4 cones liso coloridos; 6 chapéus chinês coloridos. Material dos chapéus e cones: Polímero siliconado mais flexível e durável.	Unidade	50	-	05	-	55
6	MEDALHAS DE METAL Descrição: Cor bronze, com 8 cm de diâmetro, com fundição personalizada das bordas em alto relevo fundida em alto relevo medindo espessura aproximada de 4mm, e e com espaço plano na frente reservado para personalização em diferentes eventos, com corrente de fita acetinada com as cores em formato de espiral nas cores verde, branco e vermelho.	Unidade	1000	-	200	-	1200
7	MEDALHAS DE METAL Descrição: Cor ouro, com 8 cm de diâmetro, com fundição personalizada das bordas em alto relevo, com a logo fundida em alto relevo medindo espessura de 4mm, e e com espaço plano na frente reservado para personalização em diferentes eventos, com corrente de fita acetinada com as cores em	Unidade	1000	-	200	-	1200

	formato de espiral nas cores verde, branco e vermelho. A medalha deverá ter um espaço na frente reservado para impressão de conteúdo de identificação de eventos coberto por película de resina alta.						
8	MEDALHAS DE METAL Descrição: Cor prata, com 8 cm de diâmetro, com fundição personalizada das bordas em alto relevo fundida em alto relevo medindo espessura de 4mm, e e com espaço plano na frente reservado para personalização em diferentes eventos, com corrente de fita acetinada com as cores em formato de espiral nas cores verde, branco e vermelho. A medalha deverá ter um espaço na frente reservado para impressão de conteúdo de identificação de eventos coberto por película de resina alta.	Unidade	1000	-	200	-	1200
9	FITA PARA MARCAÇÃO OFICIAL DE VÔLEI DE PRAIA Descrição: Medidas: Largura: 5cm. Comprimento: 8 x 16 m. Material: 100% Polipropileno. Ilhós nas extremidades e no centro das fitas maiores para fixação no solo com estacas. Estacas de aço galvanizado (resistentes contra a corrosão ou ferrugem). Contém duas fitas de 8 metros, duas de 16 metros e 6 estacas.	Unidade	-	-	04	-	04
10	FITA ZEBRADA Descrição: Produzida a partir de um filme de polietileno sem adesivo, rolo de aproximadamente 7CM X 200M	Unidade	-	-	10	-	10
11	FUTMESA Descrição: Oficial-futevôlei, MEDIDAS aproximadas de- 137 x 185 x 75 cm (Larg x comp. x alt) MATERIAL UTILIZADO- MDF TX FÓRMICA BRANCA 15mm-Metalon c/ pintura PU preta fosca anticorrosível.	Unidade	-	-	02	-	02

12	MEDALHAS DE METAL Descrição: Cor bronze; aproximado em 60MM futebol em alto relevo 3d dourada - fa489 (pç); fundida em alto relevo com desenho de uma rede e bola na parte frontal e lisa, fosca, no verso. Acompanha fita para pendurar no pescoço. Composição: Liga metálica pintada na cor dourada. Dimensões: Diâmetro: 64mm. Largura da Fita: 26 mm. Espessura da Borda: 3,9 mm.	Unidade	-	-	200	-	200
13	MEDALHAS DE METAL Descrição: Cor prata 60MM futebol em alto relevo 3d dourada - fa489 (pç); fundida em alto relevo com desenho de uma rede e bola na parte frontal e lisa, fosca, no verso. Acompanha fita para pendurar no pescoço. Composição: Liga metálica pintada na cor dourada. Dimensões: Diâmetro aproximadamente: 64mm. Largura da Fita: 26 mm. Espessura da Borda: 3,9 mm.	Unidade	-	-	200	-	200

SUBGRUPO II – MATERIAIS ESPORTIVOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UNIDADE	EDUCAÇÃO	SAUDE	ESPORTES	ASSISTENCIA	QUANTIDADE ESTIMADA PARA 12 MESES
1	PESO PARA ATLETISMO Descrição: Prova de Arremesso de peso, confeccionado em ferro fundido, pesando 4 kg.	Unidade	20	-	-	-	20
2	SACO OU SACOLA Descrição: Para transporte de material, em nylon, com capacidade para no mínimo 10 bolas.	Unidade	30	-	-	-	30
3	STEP AERÓBICO Material de Eva Medindo aproximadamente 60cm x 28cm x 10 cm	Unidade	200	-	-	-	200

4	TATAME OFICIAL – TATAME 100X100X1,5CM Descrição: Produzidos em EVA. Cada unidade acompanha 2 bordas de acabamento. Textura antiderrapante. Dimensões aproximadamente: 100 cm x 100cm x 1,5cm Cores à escolha da administração. Cores: Dupla Face.	Unidade	200	-	-	-	200
5	TATAME OFICIAL - TATAME 100x100x4Cm Descrição: Produzidos em EVA de alta qualidade. Ideal para diversas atividades em solo. Perfeito encaixe. Cada unidade acompanha 2 bordas de acabamento. Textura antiderrapante. Dimensões mínimas: 100cm x 100cm x 4 cm Cores à escolha da administração. Cores: Dupla face.	Unidade	10	10	-	-	20
6	TROFÉU DOURADO -1º LUGAR Descrição: equipe, em material metálico na cor dourada, com base em resina plástica ou madeira de alta qualidade na cor natural ou preto, não inferior a 100 cm.	Unidade	100	-	20	-	120
7	TROFÉU DOURADO Descrição: 2º lugar, equipe, em material metálico na cor dourada, com base em resina plástica ou madeira de alta qualidade na cor natural ou preto, não inferior a 90 cm.	Unidade	100	-	20	-	120
8	TROFÉU DOURADO -2º LUGAR Descrição: equipe, em material metálico na cor dourada, com base em resina plástica ou madeira de alta qualidade na cor natural ou preto, não inferior a 80 cm.	Unidade	100	-	20	-	120
9	PLACAR DE MESA Descrição: Possui sistema articulado e pino de trava para ser apoiado na mesa. Leve e dobrável, possui formato fechado de pasta para facilitar o transporte. Marcação de 7 sets até 31 pontos. Numeração: 1 a 31 pontos. Sets: 1 ao 7. Os números são estampados na frente e no verso da 06 placa, se um número estiver de um Unidade lado, o outro lado estará igual.	Unidade	-	-	02	-	02

	Material: PVC (estrutura) e papelão (plaquinhas). Dimensões aproximadamente: Aberto: Altura: 21 cm Largura: 20 cm Comprimento: 38 cm. Fechado: Altura: 21 cm Largura: 4 cm. Comprimento: 38 cm. Placa maior-Altura: 13,5 cm Comprimento: 0,5 cm Placa menor- Altura: 5,8 cm.						
10	PRANCHETA MAGNÉTICA DE FUTEBOL DE CAMPO Descrição: dimensões aproximadas: Tamanho de 30 cm de altura e 24 cm de largura, com 11 Unidade jogadores numerados azuis e 11 jogadores de vermelhos; 01 bola magnética branca, 01 canetão (pincel atômico)	Unidade	-	-	01	-	01
11	RAQUETE DE BEACH TENNIS Descrição: As raquetes de Beach. Medidas aproximadas: Largura - 22,5cm x Altura - 47cm x Espessura - 15mm Quantidade de Furos:38 peso: 330g a 390g	Unidade	-	-	04	-	04
12	REDE COLMEIA PARA SOCIETY Descrição: Rede Colmeia para Society no fio 4 mm 4.00 x 2.20 x 0.60 x 1.20 Nylon; VEU (PAR) com tratamento uv contra os raios solares. Fio 100% virgem confeccionada na malha 14 x 14cm entre nós em formando a corda trançada. Material: (PEAD) polietileno de alta densidade - 100% virgem, com tratamento contra ações dos raios (U.V.A) ultravioleta, espessura do Fio: 4mm; Dimensões: 4,0m na largura, 2,20 m de altura, 0,60m de recuo superior e de 1,20m de recuo inferior;	Unidade	-	-	03	-	03
13	REDE DE CAMPO Descrição: Par de rede de futebol de campo, fio 8mm, tipo véu seda. Confeccionada em malha 15x15cm em corda trançada. Material: Polipropileno, com tratamento contra as ações (uv). Dimensões aproximadamente: 7,5m na largura, 2,50 m de altura, 1 m de recuo.	Par	-	-	03	-	03

14	REDE DE CAMPO FIO 4MM Descrição: Confeccionada na malha 15x15cm entre nós em corda trançada; Material: Polietileno de alta densidade 100% virgem, com tratamento contra as ações (U.V); Espessura do fio: 4mm; Dimensões: 7,5m na largura, 2,5m de altura, 0,80m de recuo superior e 1,50m de recuo inferior.	Unidade	-	-	03	-	03
15	REDE DE VÔLEI Descrição: Reforçada com 04 Faixas em lona de algodão cru. Dimensões aproximadas: Fio 2,5 mm cor preta em Polietileno (Nylon) 100% virgem, com tratamento U.V. Malha 12 x 12 cm; Rede com 4 lonas; Com ilhós metálico e revestimento interno em couro sintético nas pontas para amarração; Rede com costura dupla nas lonas; Lona Superior com 7 cm de largura, e lona inferior com 5 cm de largura. Dimensões: 1,00 x 9,50 m; Fio Guia para passar o Cabo de Aço.	Unidade	-	-	02	-	02
16	TROFÉU DOURADO Descrição: 1º lugar, equipe, em material metálico na cor dourada, com base em resina plástica ou madeira de alta qualidade na cor natural ou preto, não inferior a 120 cm	Unidade		-	20	-	20
17	TROFÉU DOURADO -3º LUGAR Descrição: equipe, em material metálico na cor dourada, com base em resina plástica ou madeira de alta qualidade na cor natural ou preto, não inferior a 70 cm.	Unidade		-	20	-	20

SUBGRUPO III – MATERIAIS ESPORTIVOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UNIDADE	EDUCAÇÃO	SAÚDE	ESPORTES	ASSISTENCIA	Quantidade estimada para 12 (doze) meses
1	APARADOR DE CHUTES	Unidade	10	-	-	10	20

	Descrição: Fabricado com dupla camada de policloreto. Preenchido com duas camadas de diferentes densidades proporcionando proteção e conforto ao atleta. Possui quatro áreas de respiro que permitem redução das forças internas no momento da pancada. Contém três pegadores anatômicos deixando a pegada confortável e segura evitando o desgaste do treinador. Os pegadores são reforçados com rebites. Indicações: Treino de velocidade, potência e precisão. Dimensões aproximadas 60x40x12.						
2	APITO PROFISSIONAL 40 Descrição: Confeccionado em PVC, material rígido, potência sonora de 120 decibéis.	Unidade	100	-	05	10	115
3	ARCO DE PLÁSTICO (TIPO BAMBOLE) Descrição: Confeccionado em tubo PVC 20mm com circunferência mínima 60cm, resistente. Em diversas cores.	Unidade	-	-	-	20	20
4	BASTÃO DE MADEIRA Descrição: 120 cm de comprimento x 2,2 cm de diâmetro. Madeira: Pinus. Acabamento: Cortado e Lixado.	Unidade	-	-	-	20	20
5	BOLA DE BASQUETE Descrição: Bola basquete tamanho e peso aproximado oficial 75/76 cm e 567/623 aprovada FIBA tamanho 7.	Unidade	10	-	02	-	12
6	BOLA DE BASQUETE INFANTIL Descrição: Bola Profissional de Basquete, Tamanho Infantil com selo da NBB, acabamento antideslizante. Circunferência aproximada: 68 - 70 cm, Câmara (6D): 100% borracha butílica, Peso aproximado: 470 - 500 g, Composição: 100% Microfibra, Miolo: Removível	Unidade	10	-	-	05	15
7	BOLA DE BEACH TENNIS Descrição: Bola de Beach Tennis - Pack com 06 Bolas. Perfil: Tênis e Beach Tennis; Material: Borracha macia, feltro; Detalhes: Pacote contém 06 bolas de beach tennis, amarela e laranja, 50% mais lenta que as bolas tradicionais, indicada para praticar de Beach Tennis; - Origem: Nacional.	Pacote	-	-	03	02	05

	Similar a Bola de Beach Tennis Spin – Pack ou de mesma qualidade.						
8	BOLA DE FUTEBOL DE AREIA (BEACH SOCCER) Descrição: Costurada com 08 gomos, confeccionada em PU (PU ultra 100%), diâmetro: 68-69 cm, peso deverá ser aproximadamente 420 a 450 gramas, câmara 6D, acabamento com alta tecnologia, miolo "slip", sistema removível e lubrificado, aprovada pela confederação de beach soccer.	Unidade	100	-	05	05	110
9	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO MASCULINO Descrição: Adulto de linha, confeccionada em pu ultra 100%, 08 gomos, tecnologia termotec com camada neogel, válvula slip. Padrão oficial ou similar da mesma qualidade	Unidade	200	-	20	05	225
10	BOLA DE FUTEBOL SOCIETY Descrição: Circunferência: 66 a 69 cm. Peso: 425g a 450g. Gomos: 14 Gomos. Material: Laminado PU PRÓ. Construção: Termotec. Sistema de Forro: Termo fixo. Câmara: 6D. Miolo: Capsula SIS. Camada interna: NEOEL. Processo extra: Dupla Colagem e Kick Off.	Unidade	100	-	05	05	110
11	BOLA DE FUTEVÔLEI Descrição: Sua circunferência tem entre 68 e 70 centímetros. O peso varia um pouco mais, e oscila entre 390 e 460 gramas. Outro fator é a pressão de calibragem. A bola de futevôlei, deve ser cheia com pressão entre 0,56/0,63 kg/cm.	Unidade	100	-	05	05	110
12	BOLA DE FUTSAL MASCULINO ADULTO Descrição: Câmara interna: 6D, 100% borracha butílica; Circunferência aproximada: 62 - 64cm; Peso aproximado: 410 - 430g; Revestimento: 100% Poliuretano (PU); Miolo: Removível; não possui costura, apenas sistema de colagem duplo; Gomos: 11; similar a bola de futsal Max 1000 IX, ou de mesma qualidade.	Unidade	200	-	20	05	225
13	BOLA DE FUTSAL MASCULINO INFANTIL Descrição: Oficial para jogos internacionais, de 1ª linha, com 32 gomos, tamanho 61-64 cm, peso 410-440 gramas, de 1ª qualidade,	Unidade	200	-	10	05	215

	confeccionada com PU ultra 100%, válvula SLIP.						
14	BOLA DE FUTSAL MASCULINO JUVENIL Descrição: Com 08 gomos, tamanho 61-64 cm, peso 410-440 gramas, de 1ª qualidade, confeccionada com PU ultra 100%.	Unidade		-	10	05	15
15	BOLA DE HANDEBOL HL1 Descrição: Tamanho 50 – 52 cm e 290–330 g; confeccionada com poliuretano; válvula removível e lubrificada. A bola deverá conter código de barras. Válvula substituível. Em volta da válvula deverá conter a expressão “miolo substituível, câmara: airbility costurada. Protótipo similar a Penalty Suécia h2l. ou de mesma qualidade.	Unidade	200	-	-	05	205
16	BOLA DE HANDEBOL HL2 Descrição: Especificações Técnicas: Bola Profissional de Handebol; Tamanho Feminino; aprovada pela IHF (Federação Internacional de Handebol); indicada para uso sem cola; máxima performance; Costurada; PU Ultra Grip (Acabamento e base de PU. Revestimento externo com película aderente, o que proporciona maior grip nas mãos das atletas); 32 gomos; Circunferência: 54 - 56 cm; Peso: 325 - 400g; Câmera Airbility (Feita com borracha butílica, possui sistema de balanceamento, com ótima resistência à retenção de ar.) A válvula é composta de borracha natural e sintética.	Unidade	-	-	05	05	10
17	BOLA DE HANDEBOL HL3 Descrição: Bola Profissional de Handebol. Tamanho Masculino. De 1ª linha. Aprovada com selo da CBHB (Confederação Brasileira de Handebol); aprovada pela Federação Internacional de Handebol; Indicada para uso sem cola; confeccionada em poliuretano PU; Circunferência de 58- 60cm; Peso 425-475gramas; 32 gomos nas cores azul e amarelo; Costurada. A bola deverá conter: logomarca da Federação Internacional de Handebol, expressão “handball”;	Unidade	-	-	-	05	05

	logomarca da Confederação Brasileira de Handebol; código de barras. Válvula substituível, miolo removível e lubrificado. Em volta da válvula deverá conter a expressão "miolo substituível e lubrificado", câmara: airbility costurada. Protótipo similar a Bola Penalty Suécia h3l. ou de mesma qualidade.						
18	BOLA DE INICIAÇÃO Nº 10 Descrições: Matrizada, Confeccionada em Borracha, para treinamento esportivo indicada para uso recreativos e para iniciantes. Circunferência 48 - 50 cm peso 180 a 200g, alta performance e resistência, miolo substituível, câmara em butil.	Unidade	-	-	-	05	05
19	BOLA DE INICIAÇÃO Nº 12 Descrição: Matrizada, confeccionada com borracha, para treinamento esportivo indicada para uso recreativos e para iniciantes. Circunferência: 57 - 59 cm. peso: 250 - 270 g, câmara airbility, miolo slip system removível e lubrificado.	Unidade		-	-	05	05
20	BOLA DE INICIAÇÃO Nº 14 Descrição: Matrizada,confeccionada com borracha, para treinamento esportivo indicada para uso recreativos e para iniciantes. Circunferência: 65-67 cm. Peso: 350-370g. câmara airbility, miolo slip system removível e lubrificado.	Unidade		-	-	05	05
21	BOLA DE VOLÊI DE PRAIA Descrição: Bola de vôlei de areia/praias - Oficial da Confederação Brasileira de Vôlei (CBV), com 12 gomos, confeccionada com microfibras, tecnologia termotec com absorção de 0% de água, ideal para a modalidade, diâmetro: 65 - 67 cm, peso: 260 - 280 gr, câmara airbility, construção: termotec, miolo slip system removível e lubrificado.	Unidade	100	-	05	05	110
22	BOLA DE VOLEIBOL Descrição: Material: Microfibras, Composição: Microfibras/ Vôlei Pró 7.0 5 é perfeita para os atletas da modalidade que desejam se aperfeiçoar. Produto profissional com 16 gomos; aprovada pela Federação	Unidade	-	-	05	05	10

	Internacional de Voleibol (FIVB). Gênero: Unissex, Indicado para: Jogo; Câmara Arbility. Peso do Produto: 260g - 280g, Circunferência: 65cm - 67cm. Similiar a Bola Penalty Vôlei Pró 7.0 5 ou de mesma qualidade.						
23	BOLA FUTEBOL DE 5 Descrição: Esporte paralímpico para deficientes visuais em couro com guizo. Medidas de 61 - 64 cm de circunferência, peso de 410 - 440 gramas, Composição: PU, costurada, Tipo: Futsal.	Unidade	-	-	-	05	05
24	BOLA OFICIAL DE BASQUETEBOL Descrição: Nº 6, padrão oficial, feminina, matrizada. Válvula slip system removível. Diâmetro: 72 - 74 cm, peso: 550 - 566 g câmara: câmara airbility, material: borracha, com tecnologia miolo: miolo slip system removível e lubrificado. Protótipo similar a bola Penalty 6.4. ou de mesma qualidade.	Unidade	-	-	-	05	05
25	BOLA OFICIAL DE BASQUETEBOL Descrição: Nº7, padrão oficial, masculino, matrizada, aprovada pela CBB (Confederação Brasileira De Basquete), diâmetro de 75 a 78cm, peso: 580-630g, Câmara: câmara airbility. Válvula slip system removível. Protótipo similar a Penalty pró 7.4. ou de mesma qualidade.	Unidade	-	-	-	05	05
26	BOLAS DE PING PONG Descrição: 12 Bolas Medidas aproximada de 40mm Material: Acetato, Celuloide.	Pacote	-	-	-	03	03
27	BOLAS DE TÊNIS ESTÁGIO 2 Descrição: Bolas de borracha/feltro, aproximadamente 50% mais lentas do que as tradicionais, aprovadas pela ITF (Internacional Tennis Federation), Embalagem contendo 36 bolas.	Embalagem	-	-	-	05	05
28	BOLSA ESPORTIVA Descrição: Mala-mochila, utilizada para guardar medicamentos para socorro de atletas (massagista), 40 litros, 55x35cm.	Unidade	-	-	-	05	05
29	BOMBA	Unidade	50	-	03	05	58

	Descrição: De encher bola dupla ação, em PVC, acompanha mangueira e kit de bicos de metal.						
30	CAIXA TÉRMICA (32L) Descrição: Caixa Térmica 32 Litros. Material em polipropileno interno e externo, isolamento em eps e tampa de polietileno de alta densidade. Tem formato retangular, alça lateral ajustável e tampa com trava.	Unidade	30	-	-	-	30
31	CANELEIRA PROFISSIONAL EMBORRACHADA 2 KG Descrição: Composição: Tecido Emborrachado, Enchimento Em Grão De Ferro, Fechamento Em Viés E Costuras resistentes e reforçadas, Regulagem de fechamento em velcro. Unidade: Par (2 Caneleiras)	Par	-	-	-	10	10
32	CANELEIRA PROFISSIONAL EMBORRACHADA 3 KG Descrição: Composição: Tecido Emborrachado, Enchimento Em Grão De Ferro, Fechamento Em Viés E Costuras Resistentes E Reforçadas, Regulagem De Fechamento Em Velcro. Unidade: Par (2 Caneleiras)	Par	-	-	-	10	10
33	CANELEIRA PROFISSIONAL EMBORRACHADA 4 KG Descrição: Composição: Tecido Emborrachado, Enchimento Em Grão De Ferro, Fechamento Em Viés E Costuras Resistentes E Reforçadas, Regulagem De Fechamento Em Velcro. Unidade: Par (2 Caneleiras)	Par	-	-	-	10	10
34	CANELEIRA PROFISSIONAL EMBORRACHADA 5 KG Descrição: Composição: Tecido Emborrachado, Enchimento Em Grão De Ferro, Fechamento Em Viés E Costuras Resistentes E Reforçadas, Regulagem De Fechamento Em Velcro. Unidade: Par (2 Caneleiras)	Par	-	-	-	10	10
35	CANELEIRA PROFISSIONAL EMBORRACHADA 6 KG Descrição: Composição: Tecido Emborrachado, Enchimento Em Grão De Ferro, Fechamento Em Viés E Costuras Resistentes E Reforçadas, Regulagem De Fechamento Em Velcro. Unidade: Par (2 Caneleiras)	Par	-	-	-	10	10

36	CARTÃO PARA ÁRBITRO Descrição: Confeccionado em PVC (amarelo e vermelho).	Unidade	50	-	05	05	60
37	COLCHONETES PARA GINÁSTICA Descrição: Medindo 1,00m de comprimento, 60 cm de largura e 03 cm de altura, revestindo em 100% policloreto de vinila plastificado (courvim), base 50% de algodão e 50% poliéster (vinil), com 12 mm de espessura. Cores a escolha da Administração.	Unidade	-	-	-	20	20
38	CONE DE PVC Descrição do produto: Corpo em PVC; Base de borracha; Faixa refletiva branca; Cor Laranja. Dimensões aproximada do produto: Altura: 75 cm Comprimento: 41 cm Largura: 41 cm.	Unidade	-	-	-	20	20
39	CONE DE PVC Descrição: Cone adequado para a demarcação de áreas, circuitos e treinamentos esportivos. Aproximadamente medindo Tamanho: 23cm de altura, 13,5cm de largura. Material: PVC flexível. Cores sortidas	Unidade	-	-	-	60	60
40	CORDA DE PULAR EM PVC	Unidade	50	-	-	60	110
41	CORDA NAVAL REVESTIDA 38 MM - 7 Metros	Unidade	50	-	-	10	60
42	CRONÔMETRO DIGITAL Descrição: Cronômetro/Relógio, resistente à água, as características adicionais do relógio cronômetro incluem um bip de 5 a 240 beeps por minuto e um indicador triplo grande, com contraste ajustável.	Unidade	-	-	02	10	12
43	DARDO DE ARREMesso EM ALUMÍNIO PARA ATLETISMO Descrição: Corpo em alumínio; ponteira de aço; peso mínimo 500g	Unidade	30	-	-	-	30
44	PRATO AGILIDADE CHAPÉU CHINÊS TREINOS Descrição: Material em plástico flexível com altura de 6 cm, ideal para treinamento de agilidade e equilíbrio.	Unidades	-	30	-	-	30
45	BARREIRAS DE OBSTÁCULO PARA TREINAMENTO DE AGILIDADE Descrição: Material de alta qualidade em polietileno. Tendo seu Peso leve de 1,7 kg e altura máxima de 50 cm para fácil manuseio e transporte. Essas	2(kit) com 5 unidades	-	10	-	-	10

	barreiras são ideais para treinos de agilidade e velocidade.						
46	ESCALA TREINAMENTO FUNCIONAL AGILIDADE 20 DEGRAUS 10M MB FIT Descrição: Escada Para Treino De Agilidade Ajustável Até 20 Estágios , Feita em nylon e plástico de alta qualidade, com tamanho de 10 cm.	Unidades	-	02	-	-	02
47	STEP EVA Descrição: STEP de e.v.a é recomendando para a prática de exercícios físicos de alta intensidade, tanto nas academias como em locais abertos. Altura de 10 cm e seu comprimento é de 60 cm x 28 cm. Obs: Cores variadas	Unidades	-	50	-	-	50
48	CONES FURADOS PARA BARREIRAS DE AGILIDADE Descrição: Ideal para praticar esportes, treinamentos físicos e agilidade. Utilizado para os circuitos funcionais ou demarcação de campos, praia, quadras e etc. Produto leve e durável, tendo seu material em Plástico. Dimensões: Altura: 23 cm Diâmetro: 12 cm.	Unidades	-	30	-	-	30
49	CONES MARCAÇÃO Descrição: É produzido em polietileno de baixa densidade, o que faz dele um cone resistente, durável e leve. A base, por ter formato hexagonal, promove boa estabilidade e firmeza ao equipamento. Desenvolvido para delimitação de diferentes espaços em treinos esportivos e funcionais, de forma a promover uma melhor organização de circuitos e, assim, resultar em melhor desempenho. Tam. 20cm. lisa	Unidades	-	30	-	-	30
50	KETTLEBELL 05KG Descrição: Material emborrachado Ferro Fundido com peso de 05 kg, formato arredondado.	Unidades	-	04	-	-	04
51	KETTLEBELL 10 KG Descrição: Material emborrachado Ferro Fundido com peso de 10 kg, formato arredondado.	Unidades	-	04	-	-	04
52	BOLA DE PILATES Descrição: É um acessório utilizado para complementar os mais diversos exercícios de pilates, por ser um item extremamente versátil e que possibilita	Unidades	-	06	-	-	06

	um impacto reduzido na execução da atividade. Material em PVC Tamanho 65cm – Ante estouro – Suporta até 300kg – Com Bomba						
53	BAND MINI BAND FAIXA ELÁSTICA PILATES FISIOTERAPIA Descrição: Faixa elástica para treinamento físico, alongamentos e fisioterapia desenvolvida, resistência: extraforte, com comprimento de 30cm.	5(KIT) com 5 unidades	-	20	05	-	25
54	PAR HALTER BOLA 6 KG Descrição: Par Halter Bola Emborrachado Peso 5kg é ideal para exercícios em casa, com design na cor preta.	Unidades	-	20	-	-	20
55	PAR HALTER BOLA 5 KG Descrição: Par Halter Bola Emborrachado Peso 5kg é ideal para exercícios em casa, com design na cor preta.	Unidades	-	20	-	-	20
56	JUMP Descrição: Jump Mini Cama Elastica Profissional Academia 150 Kg, Lona com mais de 2000 mil fios de nylon emborrachada com 8 costuras duplas reforçadas, com 70 cm de diametro. Estrutura com aro de reforço chapa grossa de aço carbono de 18"	unidades	-	10	-	-	10
57	CRONÔMETRO CÁRDIO PROGRESSIVO DIGITAL COM RELÓGIO E ALARME COM CORDA	Unidades	-	06	-	-	06
58	BOLA SOCIETY TOPPER. Descrição: Produto fabricado em pvc.Peso mínimo suportado: 400g. Peso máximo suportado: 420g. Superfície de jogo: grama sintética com costura.	Unidades	-	05	-	-	05
59	BASTÃO GINÁSTICA ACADEMIA Descrição: Ideal para treinos de resistência. 100x03 Cm 1/2kg	Unidades	-	30	-	-	30
60	CANELEIRA EMBORRACHADO 5K	Unidades	-	25	-	-	25
61	COLCHONETE Descrição: comprimento 1.20 X 60 X 4 Cm Academia/escola/ginastica. Cor Azul.	unidades	-	20	-	-	20

SUBGRUPO IV – EQUIPAMENTOS MUSICAIS

Item	Descrição	Unidade de medida	Educação	Saúde	Assistência	Esporte	Quantidade estimada para 12(doze) meses
1	Baqueta de madeira, lisa, com ponta para caixa de guerra.	Par	50	-	-	-	50
2	Baqueta de Silicone - Uso profissional, confeccionada em silicone, tamanho: 42,5 cm. Flexível, sem ponta.	Par	30	-	-	-	30
3	Baqueta de silicone com uma ponta	Und	30	-	-	-	30
4	Baqueta para caixa de guerra 5ª	Par	100	-	-	-	100
5	Baqueta para Fuzileiro - Para Fuzileiro, uso profissional, maçaneta para bumbo com bola revestida em Pelúcia. Cabo 30 cm, corpo e bola confeccionada em madeira marfim, com cordão pendente no cabo para a prática de giros, tamanho: comprimento 300mm e diâmetro 25mm.	Par	200	-	-	-	200
6	Baquetas para Tarol - Para Tarol, uso profissional, confeccionada em ponta de oliva, corpo de marfim. Tamanho: comprimento - 40,9 cm e diâmetro - 1,5 cm. Peso de aproximadamente 50 gramas cada baqueta.	Par	150	-	-	-	150
7	Batuta para Regência - Uso profissional, super prática, muito leve, cabo pêra da cor preta e haste da cor branca, haste de fibra de vidro e cabo pêra acrílico, comprimento incluindo o cabo pêra: 38cm	Und	15	-	-	-	15
8	Bumbo Fuzileiro - Aro 20, uso profissional, confeccionado em alumínio com aro cromado, pele leitosa.	Und	10	-	-	-	10
9	Bumbo fuzileiro aro 22", uso profissional, confeccionado em	Und	25	-	-	-	25

	alumínio com aro cromado, pele leitosa.						
10	Esteira - 36 Fios. Uso profissional aro 13, extralargo, confeccionada em aço, maior articulação e resposta de esteira, acabamento cromado, som tradicional, bem agudo, definição de esteira, com tiras de nylon para fixação no sistema de automáticos.	Und	50	-	-	-	50
11	Esteira - 36 Fios. Uso profissional, aro 14, extra largo, confeccionada em aço, maior articulação e resposta de esteira, acabamento cromado, som tradicional, bem agudo, definição de esteira, com tiras de nylon para fixação no sistema de automáticos.	Und	35	-	-	-	35
12	Jogo de Alicates Profissional - Uso profissional, jogo com 4 itens, sendo: 01 Alicate universal 200 mm (8"), 01 Alicate de corte diagonal 165 mm (6,5"), 01 Alicate de bico meia cana 165 mm (6,5"), 01 Alicate desencapa dor de fios, 01 Mosquitinho.	Und	10	-	-	-	10
13	Maçaneta para Bumbo - Para Fuzileiro, uso profissional, maçaneta para bumbo com bola revestida em Pelúcia, cabo 30 cm, corpo e bola confeccionada em madeira marfim, com cordão pendente no cabo para a prática de giros. Tamanho: comprimento - 300mm e diâmetro - 25mm	Und	25	-	-	-	25
14	Maçaneta para bumbo Pelúcia 320mm preta ou laranja.	Und	40	-	-	-	40
15	Maçaneta para bumbo, em madeira, com bola felpuda.	Und	40	-	-	-	40
16	Napa - Cor Branca, confeccionada em courano (courino), resistente, flexível, 100% impermeável, composição: 60% Poliéster, 20% PVC, 20% Polipropileno	metro	60	-	-	-	60
17	Napa - Cor vermelho, confeccionada em courano (courino), resistente, flexível, 100% impermeável, composição: 60%	metro	60	-	-	-	60

	Poliéster, 20% PVC, 20% Polipropileno						
18	Napa - Cor preta, confeccionada em courano (courino), resistente, flexível, 100% impermeável, composição: 60% Poliéster, 20% PVC, 20% Polipropileno.	metro	60	-	-	-	60
19	Pele - Aro 06. Uso profissional, confeccionada em pele leitosa, podem ser usadas como pele de ataque ou resposta, para instrumentos de percussão.	Und	30	-	-	-	30
20	Pele - Aro 08. Uso profissional, confeccionada em pele leitosa, podem ser usadas como pele de ataque ou resposta, para instrumentos de percussão.	Und	40	-	-	-	40
21	Pele - Aro 10. Uso profissional, confeccionada em pele leitosa, podem ser usadas como pele de - ataque ou resposta, para instrumentos de percussão.	Und	60	-	-	-	60
22	Pele - aro 10 porosa.	Und	6	-	-	-	6
23	Pele - Aro 11. Uso profissional, confeccionada em pele leitosa, podem ser usadas como pele de ataque ou resposta, para instrumentos de percussão.	Und	40	-	-	-	40
24	Pele - Aro 12 / uso profissional, confeccionada em pele leitosa, podem ser usadas como pele de ataque ou resposta, para instrumentos de percussão.	Und	40	-	-	-	40
25	Pele - aro 12 porosa.	Und	06	-	-	-	06
26	Pele - Aro 13. Uso profissional, confeccionada em pele leitosa, podem ser usadas como pele de ataque ou resposta, para instrumentos de percussão.	Und	50	-	-	-	50
27	Pele - aro 13 porosa.	Und	06	-	-	-	06
28	Pele - Aro 14. Uso profissional, confeccionada em pele leitosa, podem ser usadas como pele de ataque ou resposta para instrumentos de percussão.	Und	200	-	-	-	200

29	Pele - Aro 18. Uso profissional, confeccionada em pele leitosa, podem ser usadas como pele de ataque ou resposta para instrumentos de percussão	Und	40	-	-	-	40
30	Pele - Aro 20. Uso profissional, confeccionada em pele leitosa, podem ser usadas como pele de ataque ou resposta para instrumentos de percussão	Und	40	-	-	-	40
31	Pele - Aro 22. Uso profissional, confeccionada em pele leitosa, podem ser usadas como pele de ataque ou resposta, para instrumentos de percussão.	Und	200	-	-	-	200
32	Pele de resposta para caixa de guerra aro 14".	Und	40	-	-	-	40
33	Pele Hidráulica Batedeira para Tarol - Aro 14. Uso profissional, confeccionada em pele hidráulica para instrumentos de percussão, transparente, anel abafador interno, filme simples, sonoridade encorpada, tonalidade mais profunda, grave e controlada.	Und	20	-	-	-	20
34	Pele Hidráulica para Bombo Fuzileiro - Aro 22. Uso profissional, confeccionada em pele hidráulica para instrumentos de percussão, transparente, anel abafador interno, filme simples, sonoridade encorpada, tonalidade mais profunda, grave e controlada	Und	60	-	-	-	60
35	Pele para repique	Par	30	-	-	-	30
36	Pele Resposta para Tarol - Aro 14. Uso profissional, confeccionada em pele leitosa, pele resposta, transparente, para instrumentos de percussão	Und	100	-	-	-	100
37	Prato splash aro "14"	Und	50	-	-	-	50
38	Pratos "16" marching band	Und	50	-	-	-	50
39	Pratos para banda 13". Produzida em bronze B8 (liga metálica de cobre com estanho)	Und	50	-	-	-	50
40	Quadriton - Aros 08, 10, 12 e 13. Uso profissional / confeccionado em madeira revestidos com	Und	04	-	-	-	04

	lâminas de fórmica, acabamento interior com lixamento e impermeabilizado para maior durabilidade e proteção da madeira, canoas com fixação dupla no tambor, parafusos de afinação individual e carrier (colete) de alumínio pintado com revestimento interno emborrachado.						
41	Repique: 10" x 30cm Pele leitosa P2 4 afinadores Corpo de alumínio Ferragens pretas	Und	04	-	-	-	04
42	Rotonton - Aros 6, 8 e 10. Uso profissional, com 5 afinações, com caneca, tons de efeito para bateria, padrão profissional econômico, kit com 3 tons (6", 8", 10") / com estante apoiadora, timbres agudos com alta projeção e ataque, afinação simples e prática, basta girar o tom sobre a estante.	Und	05	-	-	-	05
43	Talabartes - 02 ganchos, em nylon, com 5 cm de largura e com 2 ganchos, preto.	Und	300	-	-	-	300
44	Tarol - Aro 14. Uso profissional, confeccionado em alumínio com aro cromado, pele leitosa.	Und	50	-	-	-	50
45	Timbal - Aro 14. Uso profissional, 16 afinações, confeccionado em alumínio polido, com aro cromado, pele leitosa, com pedestal.	Und	04	-	-	-	04
46	Timbal de madeira 70x14	Und	20	-	-	-	20
47	Napa - Cor azul royal, confeccionada em courano (courino), resistente, flexível, 100% impermeável, composição: 60% Poliéster, 20% PVC, 20% Polipropileno.	Mt	60	-	-	-	60
48	Lira musical. Descrição: Lira de Banda As liras produzidas pela JOG Vibratom, trazem a qualidade já conhecida pelas grandes bandas e fanfarras nacionais. Fabricadas uma a uma em um processo meticuloso de afinação, as liras JOG têm o diferencial de serem produzidas com materiais	UND	16	-	-	-	16

	nobres. como o alumínio. As liras JOG são fabricadas em modelos adaptados às necessidades das mais diversas bandas e fanfarras, com opções adequadas ao público infantil, juvenil e adulto. - Espessura das Teclas - 9.53 mm - 25 Teclas em Alumínio - Dó5 - C5 a Dó7 - C7 Cromático - Armação em Alumínio - Cabo retrátil -Dimensões Aproximadas 72 x 50 x 6 cm -Peso Aproximado 5.4 kg						
49	a) TIMBA -Timba Luen 50cm x 10 - 4 Afinações - Timba verniz - Pele:Leitosa - Ferragem: Pop Preta	UND	40	-	-	-	40
50	Timba Madeira Verniz 70x13 aro preto. a. Descrição: Medidas disponíveis: 70x13" Pele leitosa 6 Afinadores Corpo Madeira Ferragens: Pintadas Preta	UND	20	-	-	-	20
51	b. CAIXA INSTRUMENTO Caixa de Guerra Batuka 60023 by Luen 14 polegadas x 15 cm -Corpo em alumisteel: liga de alumínio e zinco, passa por processo de galvanoplastia, oferecendo melhor blindagem contra oxidação e mais resistência que o alumínio tradicional. Características: Medidas: 14" x 15 cm Peso aproximado: 1,8 kg Pele bateadeira leitosa grossa 190 microns Pele de resposta cristal transparente Esteira com 6 fios 6 afinadores em tirante Corpo em alumisteel de alta	UND	20	-	-	-	20

	resistência - Ferragens pretas - Aros em chapa						
52	Napa Bagun – Cor verde, confeccionada tecido bagum impermeável com toque macio, de fácil manuseio e que facilita a costura e a colagem.	metro	60	-	-	-	60

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura da ata de registro de preços, podendo ser prorrogado na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133 de 2021.

1.4. Classificação dos bens comuns

1.4.1. A natureza do objeto é comum, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado, enquadrando-se, no inciso XIII, art. 6º da Lei 14.133/2021.

1.4.2. A utilização de pregão para aquisição dos materiais componentes da presente licitação deve-se ao fato de o objeto licitatório enquadrar-se na definição de bem comum, uma vez que:

- a) é composto por produtos cuja escolha pode ser feita tão somente com base nos preços ofertados;
- b) não necessita de avaliação minuciosa para a identificação;
- c) existência da possibilidade de se estabelecer para o efeito do julgamento das propostas, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de desempenho ou qualidade peculiares ao objeto;
- d) o objeto da licitação presta-se a uma competição unicamente baseada nos preços propostos pelos concorrentes, não havendo a necessidade de apreciação de propostas técnicas.

1.5 DA JUSTIFICATIVA

1.5.1 A aquisição de materiais esportivos e instrumentos musicais justifica-se em razão de garantir a prática de esportes e atividades físicas e que traz inúmeros benefícios para a saúde e o bem-estar das pessoas. No entanto, muitas vezes, grupos em situação de vulnerabilidade social, como mulheres e crianças assistidas por programas socioassistenciais, enfrentam dificuldades para ter acesso a esses recursos.

1.5.2 A aquisição de materiais esportivos justifica por diversos motivos. Primeiramente, a prática esportiva contribui para a promoção da saúde física e mental, ajudando a prevenir doenças, fortalecer o sistema imunológico e melhorar a qualidade de vida. Ao disponibilizar materiais esportivos, estamos oferecendo oportunidades para que a população possa se exercitar e cuidar da própria saúde.

1.5.3 Além disso, a prática esportiva também tem um impacto positivo no desenvolvimento social e emocional. Ao participar de atividades esportivas, os envolvidos têm a oportunidade de aprender valores como trabalho em equipe, disciplina, respeito e superação de desafios. Essas habilidades são fundamentais para o desenvolvimento pessoal e são transferíveis para outras áreas da vida, como a educação e o trabalho.

1.5.4 A aquisição de materiais esportivos também promove a inclusão social e a igualdade de gênero. Muitas vezes, em situação de vulnerabilidade social enfrentam barreiras e estereótipos que limitam suas oportunidades. Ao oferecer materiais esportivos adequados, estamos proporcionando igualdade de acesso e oportunidades, incentivando a prática esportiva.

1.5.5 Além disso, a prática esportiva também pode ser uma ferramenta eficaz para a prevenção da violência e a promoção da cidadania. Ao participar de atividades esportivas, a população tem a

oportunidade de se conectar com outras pessoas, desenvolver habilidades de comunicação e resolução de conflitos. Isso contribui para a construção de uma sociedade mais pacífica e justa.

1.5.6 A aquisição de instrumentos musicais por parte da Secretaria de Educação é de interesse público, pois visa garantir a qualidade e a excelência na formação dos alunos, além da cidadania, pelo exercício da participação em projetos coletivos, melhoria e a autoestima e isto traz reflexo imediato na qualidade de vida, com importante retorno qualitativo para as organizações. Por outro lado, a criatividade e o gosto estético é algo que se aprende e se desenvolve. Esses equipamentos são essenciais para a realização de atividades ligadas à arte e cultura, proporcionando um ambiente de aprendizado adequado e atualizado, no qual a compra deles trará benefícios diretos para os estudantes da rede Municipal de Ensino de Piaçabuçu, através das bandas de fanfarra municipais.

1.5.7 E por todo o já exposto, ainda como justificativa da contratação, ressalta-se que os quantitativos estimados da aquisição são condizentes com o consumo do órgão nos últimos anos, solicitado mediante necessidade desta secretaria, e é nesta tese que se faz necessária a devida aquisição do objeto do presente termo.

2. UNIDADES ADMINISTRATIVAS REQUISITANTES

2.1 O Órgão Gerenciador será a Secretaria Municipal de Compras, Convênios e Licitações. Os órgãos Participantes são:

2.1.1 Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

2.1.2 Secretaria Municipal de Educação;

2.1.3 Secretaria Municipal de Saúde;

2.1.4 Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Eventos;

2.3 O quantitativo dos contratos de fornecimento será sempre fixo e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA LICITAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021)

3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

5.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

5.1.1. Da Sustentabilidade:

5.1.1.1. Nas aquisições e contratações, deve ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (artigo 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos), bem como os atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente.

5.1.1.2. Diante dessa realidade, propomos que a licitante vencedora deverá atender, no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental prevista na Instrução Normativa Nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

5.1.2. Da Subcontratação:

5.1.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.1.3. Da Garantia da contratação:

5.1.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e demais artigos relacionados ao tema da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

5.1.3.1.1. Pelo baixo vulto e complexidade das entregas contratadas, pelo fornecimento ser feito com fornecedores locais favorecendo assim o contato e resolução de eventuais problemas.

5.1.4 Da exigência de amostra:

5.1.4.1. Não será necessário apresentar amostras.

5.1.5. Da exigência de carta de solidariedade

5.1.5.1. Quando for o caso, no caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

6.1. O prazo de entrega dos itens é de 10 (dez) dias, podendo ser prorrogado por igual período, conforme a necessidade do fornecedor, contados do (a) recebimento da Ordem de Fornecimento, em remessa parcelada.

6.1.1. A Ordem de Fornecimento estabelecida no subitem anterior poderá ser enviada por meio de fax, e-mail ou outro meio válido.

6.2. Os itens deverão ser entregues dentro das especificações mínimas constantes neste Termo de Referência.

6.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.4. Os itens deverão ser entregues no seguinte endereço:

6.4.1. Secretaria Municipal de Compras, Convênios e Licitações do Município de Piaçabuçu, localizada no endereço: Praça São Francisco de Borja, s/nº, Centro, Piaçabuçu, Estado de Alagoas, que serão recebidos por servidor designado pelo chefe do poder executivo municipal, mediante a apresentação da(s) nota(s) Fiscal(s).

6.5. Quando for o caso, os itens deverão ser fornecidos com data de validade não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do período total de validade determinado pelo fornecedor ou fabricante.

7. DA GARANTIA CONTRATUAL

7.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

8.3. As comunicações entre o órgão e/ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. Fiscalização

8.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)). O fiscal da ata de registro de preços será designado conforme portaria.

8.6.2. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

8.6.3. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

8.6.4. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

8.6.5. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

8.6.6. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

8.7. Gestor do Contrato

8.7.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

8.7.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

8.7.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

8.7.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

8.7.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

8.7.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

8.7.7 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. Recebimento

9.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.2. Liquidação

9.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.2.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.2.2.1. o prazo de validade;

9.2.2.2. a data da emissão;

9.2.2.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

9.2.2.4. o período respectivo de execução do contrato;

9.2.2.5. o valor a pagar; e

9.2.2.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

9.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.3. Prazo de pagamento

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

9.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

9.4. Forma de pagamento

9.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.4.2.

9.4.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.4.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.5. Antecipação de pagamento

9.5.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento, devendo ser estabelecido nos moldes deste termo de referência.

9.6. Cessão de crédito

9.6.1 Não é admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, sob pena de rescisão contratual.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

10.2. Forma de fornecimento

10.2.1. O fornecimento do objeto será de forma única.

10.3. Exigências de habilitação

10.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.4. Habilitação Jurídica

10.4.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.4.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.4.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.4.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.4.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

10.4.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.4.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.4.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

10.4.9. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

10.4.10. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

10.4.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.4.12. Sob o fundamento do [art. 66 da Lei nº 14.133, de 2021](#), a empresa licitante deve apresentar o registro ou autorização para funcionamento, em razão de previsão legal ou normativa.

10.5. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

10.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.5.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.5.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.5.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.5.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.6. Qualificação Econômico-Financeira:

10.6.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da sua apresentação.

10.6.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

10.6.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

10.6.2.1. O balanço deverá estar acompanhado do Termo de Abertura e encerramento do livro diário, Demonstração do resultado do exercício (DRE), e Índices de liquidez, sendo inabilitado o licitante que não atender à exigência expressa neste item;

10.6.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

10.6.2.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

10.6.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

10.6.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

10.6.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.6.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.7. Qualificação Técnica

10.7.1. Licenciamento do Órgão Sanitário Competente para as empresas registradas como atividade econômica de alto risco ou Declaração de Isenção/Autodeclaração para as empresas registradas como atividade econômica de baixo risco "A" ou "B". (Lei nº 13.874/2019 e Resolução CGSIM nº 57 DE 21/05/2020 - Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM), quando couber.

10.7.2. Pelo menos 01 (um) atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando expressamente que a licitante forneceu/executou satisfatoriamente o objeto da licitação. A comprovação deverá ser feita por meio de apresentação de documento(s) devidamente assinado(s), carimbado(s) e em papel timbrado da empresa ou órgão que adquiriu os produtos, sob o fundamento do art. 67, II, da Lei 14.133/21.

10.7.3. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.7.6 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.7.7 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício, com fundamento no art. 1.179, § 2º, do Código Civil, c/c o art. 68 da LC 123/06 e o art. 106, inciso I e § 1º, da Resolução CGSN 140/2018.

10.7.8 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.7.9 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.7.10 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.7.11 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, surgir outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.7.12 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.7.13 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.7.14 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.7.15 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as

exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

10.7.16 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(s) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

10.7.17 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10.7.18 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.7.18.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

10.7.18.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.7.18.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

10.7.18.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

10.7.18.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

10.7.18.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- a) ata de fundação;
- b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

10.7.18.6.1. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

11. DO REAJUSTE E CANCELAMENTO

11.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da Contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, observadas as previsões legais do artigo 25º 7º, da Lei nº 14.133/21 da, aplicando-se o índice IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas, ou de outro índice que passe a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.5 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

11.7. Da suspensão ou cancelamento dos preços registrados

11.7.1. Deverão ser observados os ditames da Lei nº 14.133/2021, no tocante a "REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS", conforme termos do edital da licitação.

11.7.2. O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:

11.7.2.1. Pela Administração, quando:

11.7.2.1.1. O fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços;

11.7.2.1.2. O licitante recusar-se a assinar a ata ou a formalizar contrato decorrente do registro de preços, ressalvada a hipótese de a Administração aceitar sua justificativa;

11.7.2.1.3. O fornecedor der causa à rescisão de contrato decorrente do registro de preços;

11.7.2.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

11.7.2.1.5 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;

11.7.2.1.6. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.

11.7.2.1.7. Pelo fornecedor quando:

a) Mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

11.7.3. A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos no item 11.7.2.1 deste termo de referência, deverá ser formalizada pelo sistema oficial do Município, juntando-se o comprovante no processo que deu origem ao registro de preços.

11.7.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir de 5 (cinco) dias úteis da sua publicação.

11.7.5 A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração se o pedido de desistência for documentalmente justificado, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

11.7.6. A decisão que cancelar ou suspender o preço registrado deverá ser publicada nos meios legais.

11.8. Acréscimos e Supressões

11.8.1. É permitido efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o Art. 125 da Lei nº 14.133/21.

11.8.2. Em caso de conversão da Ata de Registro de Preço em contrato deve ser observar os ditames do art. 124 da Lei de nº 14.133/2021, em detrimento de repactuação, reajuste e recomposição de valores, restando ao FORNECEDOR aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

12. OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

12.1. São obrigações do Órgão Gerenciador:

12.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

12.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

12.1.3. comunicar ao Fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

12.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Fornecedor, por meio de comissão/servidor especialmente designado;

12.1.5. efetuar o pagamento ao Fornecedor no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

12.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Fornecedor com terceiros, ainda que vinculados à execução da Ata de Registro de Preços, bem como por

qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Fornecedor, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

13.1. São obrigações do Fornecedor

13.1.1. O Fornecedor deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

a) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

1.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 1990);

1.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

1.1.4. comunicar ao Órgão gerenciador, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

1.1.5. manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

1.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços.

14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação do Fornecedor com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados, pela nova pessoa jurídica, todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original e sejam mantidas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da Ata de Registro de Preços.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

1.1.1. Apresentar documentação falsa;

1.1.2. Descumprir total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

1.1.3. Falhar ou fraudar na execução do ajuste;

1.1.4. Não entregar os documentos exigidos no certame;

1.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

1.1.6. Não manter a proposta;

1.1.7. Cometer fraude fiscal;

1.1.8. Comportar-se de modo inidôneo.

15.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para Registro de Preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

15.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

15.4. O Fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.4.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos

significativos ao objeto da contratação;

15.4.2. Multa de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder os prazos de entrega e/ou atendimento às solicitações da fiscalização da Prefeitura Municipal de Piaçabuçu– PMP indicadas no presente Edital, sobre o valor do saldo não atendido, respeitando os limites da lei civil;

15.4.3. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor global registrado, no caso de inexecução total do objeto;

15.4.3.1 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.4.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.4.5. Impedimento de licitar e de contratar com o Município de Piaçabuçu/AL, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

15.4.5.1. Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 15.1 deste Termo de Referência;

15.4.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o Fornecedor ressarcir o Município pelos prejuízos causados.

15.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

15.6. As sanções previstas no item 15.4 poderão ser aplicadas ao Fornecedor, juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.7. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133 de 2021, as empresas ou profissionais que:

15.7.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.7.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.7.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Prefeitura Municipal de Piaçabuçu serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

15.9. Caso o Órgão Gerenciador determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta, o Município de Piaçabuçu /AL poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

15.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133 de 2021.

15.12. A autoridade competente na aplicação das sanções levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

16.1. A pesquisa de preços fora realizada pela Setor de Cotações com base nas descrições do Documento de Oficialização de Demanda/ Ofício solicitação de cotação nº 023/2024 e Estudo Técnico Preliminar, que estão presentes neste Termo de Referência, seguindo em anexo, em detrimento ao art. 5º, da Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021.

16.2. O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances. Tais informações terão disponibilização restrita apenas aos órgãos de controle externo e interno, até a finalização da fase de lances.

17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1. As despesas decorrentes da licitação do objeto deste Termo de Referência correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento dos Órgãos e Entidades do Município de Piaçabuçu participantes na Ata de Registro de Preço.

17.2. Os recursos orçamentários serão atendidos pelas dotações do orçamento vigente da municipalidade e constarão na Autorização de Fornecimento emitida pela Administração Municipal.

4.3 Os recursos financeiros serão:

ESTRUTURA PROGRAMÁTICA – 15.1515.27.813.0005.2079

DESCRIÇÃO - APOIO AS ATIVIDADES ESPORTIVAS

ESTRUTURA PROGRAMÁTICA – 15.1515.27.122.0001.2080

DESCRIÇÃO - MANUT. DAS AÇÕES DA SEC. MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E EVENTOS.

ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.30.99 – OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO.

ESTRUTURA PROGRAMÁTICA – 13.1313.08.122.0001.2064

DESCRIÇÃO – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

ESTRUTURA PROGRAMÁTICA – 13.1314.08.122.0008.2070

DESCRIÇÃO – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.30.14 – MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO

ESTRUTURA PROGRAMÁTICA – 09.0910.10.122.0010.2044

DESCRIÇÃO – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

ESTRUTURA PROGRAMÁTICA – 09.0909.10.122.0001.2033

DESCRIÇÃO – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE.

ESTRUTURA PROGRAMÁTICA – 09.0910.10.301.0010.2041

DESCRIÇÃO – BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES DOS SERV. PUB. SAÚDE (ATENÇÃO PRIMÁRIA).

ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.30.14 – MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO

ESTRUTURA PROGRAMÁTICA – 07.0707.12.361.0001.2012

DESCRIÇÃO – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

ESTRUTURA PROGRAMÁTICA – 07.0708.12.361.0004.2026

DESCRIÇÃO – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL 30%.

ESTRUTURA PROGRAMÁTICA – 07.0708.12.365.0004.2032

DESCRIÇÃO – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA EDUCAÇÃO INFANTIL 30%.

ELEMENTO DE DESPESA – 33.90.30.14 – MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO.

ESTRUTURA PROGRAMÁTICA – 07.0707.12.361.0004.1014

DESCRIÇÃO – AQUISIÇÃO DE KITS DE INSTRUMENTOS MUSICAIS PARA AS ESCOLAS.

ELEMENTO DE DESPESA – 44.90.52.26 – INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS.

18. RESPONSÁVEIS PELA DEMANDA

Monique Pereira de Melo Sales Servidora Responsável	Camila Salgueiro Dantas André Servidora Responsável
José Alberto Costa dos Santos Servidor Responsável	Stéphany Eloy Santos Servidora Responsável

Aline dos Santos
Servidora Responsável

19. SUBMETO O TERMO DE REFERÊNCIA PARA ANÁLISE SUPERIOR

Marcos Jucelio de Argolo Militão
Secretário Adjunto
Secretario de Compras, Convênios e Licitações

Jeane Maria da Silva Dias
Secretário Municipal de Saúde

Guttenberg Costa Breda
Secretário Municipal de Educação

Suzane de Oliveira Araújo
Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação

Luiz Rodolfo Feitoza Rodrigues
Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Eventos

ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PEXX/XXXX-X

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/XXXX

PROCESSO Nº XXXXXXXXXX

VALIDADE: **12 (DOZE) MESES**

Aos **XX** dias do mês de **XXXXXX** do ano de **XXXX**, o **MUNICÍPIO DE XXXXX**, com sede na administrativa no endereço XXXXXX, CEP XXXX, inscrito no CNPJ sob o nº XXXXXXXX, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. XXXXXX, CPF nº XXXXX,

Em face da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº XX/XXXX**, conforme resultado homologado em **XX/XX/XXXX**, processo administrativo n.º,

RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta Ata é o registro de preços para eventual contratação de fornecimento de **XXXXXXXXXXXX**, especificado(s) no(s) lote(s)..... do Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº/20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Lote 1		
Especificação	Unidade medida	Quantidade
Fornecedor A (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)		
Marca	Modelo	Valor Unitário
Fornecedor B (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)		
Marca	Modelo	Valor Unitário
Fornecedor C (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)		
Marca	Modelo	Valor Unitário

--	--	--

Item 2		
Especificação	Unidade medida	Quantidade
Fornecedor A (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)		
Marca	Modelo	Valor Unitário
Fornecedor B (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)		
Marca	Modelo	Valor Unitário
Fornecedor C (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)		
Marca	Modelo	Valor Unitário

Item 3		
Especificação	Unidade medida	Quantidade
Fornecedor A (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)		
Marca	Modelo	Valor Unitário
Fornecedor B (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)		
Marca	Modelo	Valor Unitário
Fornecedor C (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)		
Marca	Modelo	Valor Unitário

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

- 3.1.** O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Compras, Convênios e Licitações.
3.2. São participantes os seguintes órgãos:

- 3.2.1. Secretaria Municipal de Saúde
3.2.2. Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação
3.2.3. Secretaria Municipal de Educação

4. DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto Municipal .

4.1.1. Caberá ao beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que ateste que a adesão não prejudicará as obrigações anteriormente assumidas.

4.1.2. As aquisições adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

4.1.3. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4.1.4. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao prestador de serviços faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador.

4.1.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.1.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

4.1.7. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

4.1.8. É vedado a adesão à ata de registro de preços de órgão já participante, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

5. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **1 (um) ano**, a contar da data publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

5.2. Quando da prorrogação da validade da ata de registro de preços, poderá haver renovação dos quantitativos registrados até o limite do quantitativo original, devendo o ato da prorrogação indicar expressamente o prazo e o quantitativo renovado.

6. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços.

6.2 Decorrido 11 (onze) meses da data de assinatura da respectiva ata de registro de preços, caso haja necessidade de sua prorrogação, será reaberta a sessão da licitação que deu origem ao registro de preços, visando atualização dos mesmos.

6.3 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, em conformidade com o inciso IV, § 5º, do art. 82, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Coordenadoria de Licitações e Contratos ou departamento correspondente caso exista convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

6.4.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

6.4.2. A ordem de classificação dos fornecedores inseridos no cadastro reserva observará a classificação original.

6.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, a Coordenadoria de Licitações e Contratos ou departamento correspondente caso exista adotará os seguintes passos:

6.5.1. analisar a documentação apresentada pelo fornecedor beneficiário da ata, e manifestar-se quanto a veracidade dos fatos.

6.5.2. No caso de manifestação favorável, convocar os fornecedores registrados em cadastro reserva, a fim de que os mesmos manifestem interesse em assumir o compromisso de praticar o preço do fornecedor beneficiário da ata;

6.5.3. frustrada a convocação do cadastro reserva ou no caso de inexistência deste, será promovido o procedimento de pesquisa de mercado e cotação de preços, conforme decreto regulamentar, de forma que permita uma negociação do preço a ser revisado.

6.5.4. frustrada a negociação com o fornecedor beneficiário, este será liberado do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação de penalidade.

6.5.5. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.6. Não havendo êxito nas negociações do item anterior, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

7.1. O prestador dos serviços terá o seu registro cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando:

7.1.1. Não cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

7.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, ou não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

7.1.3. Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

7.1.4. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.5. por razão de interesse público de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovado e justificado.

7.2. O prestador dos serviços poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1. A contratação com o beneficiário da ata de registro de preços, será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de serviços ou outro instrumento similar, conforme o art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

8.1.1. As condições de execução dos serviços constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

8.2. O órgão convocará a prestadora do fornecimento com preço registrado em Ata para, a cada contratação, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, ou assinar o Contrato, se for o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

8.2.1. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

8.3. As infrações e sanções relativas a atos ou omissões praticados após assinatura do contrato ou recebimento da nota de empenho pelo beneficiário da ata de registro de preços, estão previstas na minuta do contrato anexo a este Edital.

9. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa o licitante que, convocado dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços:

9.1.1. não assinar a ata de registro de preços;

9.1.2. não retirar a nota de empenho, ou

9.1.3. não assinar o contrato,

9.2. O licitante que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

9.2.1. Multa de até 15% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante para as infrações previstas nos itens;

9.2.2. Impedimento de licitar e de contratar com o Município de XXXX, pelo prazo de até três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.2.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante o Município de XXXX, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo de três a seis anos.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

9.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.6. As multas serão recolhidas em favor do Município de Piaçabuçu, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.

9.7. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art.158 da Lei nº 14.133/2021.

9.8. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

9.9. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, que convocados, não honrarem o compromisso assumido.

10. DAS CONDIÇÕES GERAIS

10.1. Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital e Anexos do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº **XX/XXXX** e a proposta da empresa.

10.2. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitaram participar do cadastro de reserva e cotaram os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do Decreto Municipal.

10.3. O foro para dirimir questões relativas à presente Ata será o da Comarca de Piaçabuçu, Estado de Alagoas, com exclusão de qualquer outro.

Representante do Órgão

Representante da Empresa

Gestor(a)

APÊNDICE ÚNICO DA ATA

1. DO CADASTRO RESERVA

1.1. Aceitam fornecer o preço do melhor classificado as seguintes empresas, obedecida a ordem de classificação da ata de registro de preços:

Fornecedor x
Fornecedor Y
Fornecedor Z

OU

1.1. Esta ata de registro de preços não possui cadastro reserva.

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO Nº digitar nº do proc. administrativo
CONTRATO Nº **PEXX/20XX-X**

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE **XXXXXX** QUE ENTRE SI
CELEBRAM O **XXXXXXXX**, E A EMPRESA **XXXXXXXXXX**.

O **MUNICÍPIO DE XXXXXX**, com sede na administrativa no endereço **XXXXXXXXXX**, CEP **XXXXXX**, inscrito no CNPJ sob o nº **XXXXXXXX**, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. **XXXXXXXXXX**, CPF nº **XXXXXX** e RG nº **XXXXXX**, no uso de suas atribuições legais, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa **XXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CEP **XXXX**, no Município de **XXXXXX**, denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr(a). **XXXXXX**, portador(a) da Cédula de Identidade nº **XXXX** e CPF nº **XXXXXX**, tendo em vista o que consta no **Processo nº xxxxxxxx**, e o resultado final do Pregão Eletrônico nº **XX/20XX**, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
...						

3.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 3.1.1. O Termo de Referência;
- 3.1.2. O Edital da Licitação;
- 3.1.3. A Ata de Registro de Preços nº **xx/202X**
- 3.1.4. A Proposta do contratado;
- 3.1.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:

- b)** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- c)** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- d)** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- e)** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- f)** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- g)** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- h)** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- i)** Cientificar a Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- j)** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, tendo a Administração o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- k)** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.
- l)** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- m)** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado

a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- c) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- g) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- h) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- i) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- j) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- k) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos

federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- d) der causa à inexecução total do contrato;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

11.2.4. Multa:

- a) Moratória de até 15% (quinze por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- b) Compensatória de 15% a 30% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

- 11.3.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 11.4.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 11.6.** As multas serão recolhidas em favor do Município de Piaçabuçu, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.
- 11.7.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 11.8.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.
- 11.9.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art.158 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.10.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante
- 11.11.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.11.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 11.11.2.** as peculiaridades do caso concreto;
 - 11.11.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 11.11.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 12.1.** O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 12.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
- 12.2.1.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.6. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.6.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.7.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.8. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.8.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.8.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.8.3. Indenizações e multas.

12.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade:

Fonte de Recursos:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Plano Interno:

Nota de Empenho:

11.12. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Piaçabuçu/AL para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Município de XXXXXX, XX de XXXXXX de XXXX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Pela CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Pela CONTRATADA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
GESTOR

ANEXO DO CONTRATO Nº PEXX/20XX-X

Este documento é parte do Contrato acima referenciado, celebrado entre o Município de **XXXXXX** e a empresa **XXXXXXXXXX**, cujos itens e respectivos preços estão a seguir descritos na proposta de preços anexada, em face da realização do Pregão Eletrônico nº **XX/20XX**.

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO – LEI Nº 9.854/99
(colocar em papel timbrado da licitante)

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2024-SRP

PROCESSO Nº **xxxxx/2024**

DECLARAÇÃO

..... (identificação da licitante) com sede na,
(endereço) inscrita no CNPJ/MF sob o nº, vem através de seu representante legal
abaixo assinado, em atenção à Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, declarar expressamente, sob
as penas da lei, que cumpre integralmente a norma contida na Constituição da República
Federativa do Brasil de 1988, artigo 7º, inciso XXXIII, a saber: "(...) proibição de trabalho noturno,
perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e qualquer trabalho a menores de dezesseis anos,
exceto na condição de aprendiz a partir de quatorze anos", para fins de habilitação no Pregão
Eletrônico para Registro de Preços nº **XX/2024-SRP** do Município **Piaçabuçu /AL**.

Local e data

(assinatura)

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO – LEI Nº 9.854/99
(colocar em papel timbrado da licitante)

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2024-SRP

PROCESSO Nº **xxxxx/2024**

DECLARAÇÃO

(Nome da empresa) _____, CNPJ Nº _____,
sediada _____ (endereço completo), por intermédio de seu(ua) representante
legal o(a) Senhor(a) _____, portador(a) do Registro Geral nº. _____ e
CPF nº _____, DECLARA para efeito do Pregão Eletrônico nº. XXX/202X, realizado no
Município de XXXXX/XX, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, nos termos do art. 4º,
inciso VII, da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, ciente das penalidades cabíveis.

Local e data

(Nome e assinatura do representante)

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA
ENQUADRADA NO ART. 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007

(colocar em papel timbrado da licitante)

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2024

PROCESSO Nº **xxxx/2024**

DECLARAÇÃO

..... (identificação da licitante) com sede na,
(endereço) inscrita no CNPJ/MF sob o nº, por intermédio de seu representante legal
abaixo assinado, DECLARA, expressamente, sob as penas da lei, que é considerada:

☐ **microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos
da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006,
não se incluindo nas hipóteses de exclusão previstas no §4º
do artigo 3º do mesmo diploma;**

OU

☐ **cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de
15 de junho de 2007;**

gozando, assim, do regime diferenciado e favorecido instituído pela referida Lei Complementar, para
fins de participação no Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº **XX/2024** do Município
Piaçabuçu/AL.

Local e data

(assinatura)

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS
(colocar em papel timbrado da licitante)

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2024-SRP

PROCESSO Nº **xxxxx/2024**

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) _____, CNPJ/MF nº _____ sediada (endereço completo) _____, por intermédio de seu(ua) representante legal o(a) Senhor(a) _____, portador(a) do Registro Geral nº. _____ e CPF/MF nº _____, DECLARA sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no Pregão Eletrônico nº XXX/202X, realizado pelo Município de XXXXX/XX, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data

(Nome e assinatura do representante)

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA
(colocar em papel timbrado da licitante)

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2024-SRP

PROCESSO Nº **xxxxx/2024**

DECLARAÇÃO

_____, (nome empresarial da licitante), inscrita no
CNPJ nº: _____ com sede na
_____, por intermédio de seu representante
legal, o(a) Sr.(a) _____, infra-assinado, portador(a) da Carteira de
Identidade nº _____ e do CPF/MF nº _____,
para fins do disposto no edital, DECLARA, sob as penas da lei, em especial o artigo nº 299 do Código
Penal Brasileiro, especificamente para participação na licitação, Pregão nº XXX/202X que:

- a) A proposta apresentada para participar da licitação acima mencionada foi elaborada de maneira independente por esta licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação acima mencionada não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação acima mencionada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação acima mencionada antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação acima mencionada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Município de Piaçabuçu antes da abertura oficial das propostas; e
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, _____ de _____ de 2024.

(assinatura do representante legal)

ANEXO IX
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2024-SRP

PROCESSO Nº xxxxx/2024

ANEXO PARA ELABORAÇÃO PARA PROPOSTA

SUBGRUPO I

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UNIDADE	QUANT.
14	Fita para marcação para Atletismo Descrição: Confeccionada em Nylon para marcação das provas: arremesso de peso, lançamento de disco, de dardo e de martelo. Rolo 8X16	Unidade	55
15	Jump Profissional Com Aro De Reforço Suporta Até 180 Kg Descrição: Com pés reforçado e 32 molas lona de 2000 fios, molas em aço zincadas, e ganchos zincados estrutura em aço carbono.	Unidade	200
16	Kit de Badminton Descrição: Kit composto por: 4 Raquetes, 3 Petecas em nylon, 1 Rede com suportes e ganchos para fixação, 1 bolsa de armazenamento; Material: Poliamida/Titanium. Peso aproximado da raquete (altura x largura x comprimento): 66 x 20 x 3 cm.	Beckit	50
17	Kit Mini Band 5 Tensões Descrição: São 5 elásticos com 5 intensidades diferentes. Intensidade dos elásticos: Extra Leve (Verde – 2,2 kg); Leve (Azul – 4,5 kg); Médio (Amarela – 9 kg); Forte (Vermelha – 13,5 kg) e Extra Forte (Preta – 18 kg). Nacional. Material: Látex. Cor predominante: Verde, Azul, Amarela, Vermelha e Preta. Indicado para: Treino. Peso: 95g. Medidas aproximadas: Altura x Largura (A x L). Comprimento: 30cm Largura: 5cm. Garantia do fabricante: Contra defeito de fabricação.	Kit	30
18	Kit Treino Agilidade Funcional Ginastica Futebol Cones + Chapeu Chines + Escada De Agilidade Descrição: Itens inclusos: 1 escada com degraus em Nylon Aproximadamente 3x0,42 (CxL); 4 cones liso coloridos; 6 chapéus chinês coloridos. Material dos chapéus e cones: Polímero siliconado mais flexível e durável.	Unidade	55
19	Medalhas de metal Descrição: Cor bronze, com 8 cm de diâmetro, com fundição personalizada das bordas em alto relevo fundida em alto relevo medindo espessura aproximada de 4mm, e e com espaço plano na frente reservado para personalização em diferentes eventos, com corrente de fita acetinada com as cores em formato de espiral nas cores verde, branco e vermelho.	Unidade	1200
20	Medalhas de metal Descrição: Cor ouro, com 8 cm de diâmetro, com fundição personalizada das bordas em alto relevo, com a logo fundida em alto relevo medindo espessura de 4mm, e e com espaço plano na frente reservado para personalização em diferentes eventos, com corrente de fita acetinada com as cores em formato de espiral nas cores verde, branco e vermelho. A medalha deverá ter um espaço na frente reservado para impressão de conteúdo de identificação de eventos coberto por película de resina alta.	Unidade	1200
21	Medalhas de metal Descrição: Cor prata, com 8 cm de diâmetro, com fundição personalizada das bordas em alto relevo fundida em alto relevo medindo espessura de 4mm, e e com espaço plano na frente reservado para personalização em diferentes eventos, com corrente de fita acetinada com as cores em formato de espiral nas cores verde, branco e vermelho. A medalha deverá ter um espaço na frente reservado	Unidade	1200

	para impressão de conteúdo de identificação de eventos coberto por película de resina alta.		
22	Fita para marcação oficial de vôlei de praia Descrição: Medidas: Largura: 5cm. Comprimento: 8 x 16 m. Material: 100% Polipropileno. Ilhós nas extremidades e no centro das fitas maiores para fixação no solo com estacas. Estacas de aço galvanizado (resistentes contra a corrosão ou ferrugem). Contém duas fitas de 8 metros, duas de 16 metros e 6 estacas.	Unidade	04
23	Fita Zebrada Descrição: Produzida a partir de um filme de polietileno sem adesivo, rolo de aproximadamente 7CM X 200M	Unidade	10
24	Futmesa Descrição: Oficial-futevôlei, MEDIDAS aproximadas de- 137 x 185 x 75 cm (Larg x comp. x alt) MATERIAL UTILIZADO- MDF TX FÓRMICA BRANCA 15mm- Metalon c/ pintura PU preta fosca anticorrosível.	Unidade	02
25	Medalhas de metal Descrição: Cor bronze; aproximado em 60MM futebol em alto relevo 3d dourada - fa489 (pç); fundida em alto relevo com desenho de uma rede e bola na parte frontal e lisa, fosca, no verso. Acompanha fita para pendurar no pescoço. Composição: Liga metálica pintada na cor dourada. Dimensões: Diâmetro: 64mm.Largura da Fita: 26 mm. Espessura da Borda: 3,9 mm.	Unidade	200
26	Medalhas de metal Descrição: Cor prata 60MM futebol em alto relevo 3d dourada - fa489 (pç); fundida em alto relevo com desenho de uma rede e bola na parte frontal e lisa, fosca, no verso. Acompanha fita para pendurar no pescoço. Composição: Liga metálica pintada na cor dourada. Dimensões: Diâmetro aproximadamente: 64mm. Largura da Fita: 26 mm. Espessura da Borda: 3,9 mm.	Unidade	200
SUBGRUPO II			
14	Peso para atletismo Descrição: Prova de Arremesso de peso, confeccionado em ferro fundido, pesando 4 kg.	Unidade	20
15	Saco ou sacola Descrição: Para transporte de material, em nylon, com capacidade para no mínimo 10 bolas.	Unidade	30
16	Step Aeróbico Material de Eva Medindo aproximadamente 60cm x 28cm x 10 cm	Unidade	200
17	Tatame oficial – Tatame 100x100x1,5cm Descrição: Produzidos em EVA. Cada unidade acompanha 2 bordas de acabamento. Textura antiderrapante. Dimensões aproximadamente: 100 cm x 100cm x 1,5cm Cores à escolha da administração. Cores: Dupla Face.	Unidade	200
18	Tatame oficial – Tatame 100x100x4Cm Descrição: Produzidos em EVA de alta qualidade. Ideal para diversas atividades em solo. Perfeito encaixe. Cada unidade acompanha 2 bordas de acabamento. Textura antiderrapante. Dimensões mínimas: 100cm x 100cm x 4 cm Cores à escolha da administração. Cores: Dupla face.	Unidade	20
19	Troféu Dourado - 1º lugar Descrição:equipe, em material metálico na cor dourada, com base em resina plástica ou madeira de alta qualidade na cor natural ou preto, não inferior a 100 cm. ITEM DE AMPLA CONCORRÊNCIA	Unidade	90
20	Troféu Dourado - 1º lugar Descrição:equipe, em material metálico na cor dourada, com base em resina plástica ou madeira de alta qualidade na cor natural ou preto, não inferior a 100 cm. COTA RESERVADA DE ATÉ 25% DO LOTE 19	Unidade	30

21	Troféu Dourado Descrição: 2º lugar, equipe, em material metálico na cor dourada, com base em resina plástica ou madeira de alta qualidade na cor natural ou preto, não inferior a 90 cm.	Unidade	120
22	Troféu Dourado -2º lugar Descrição: equipe, em material metálico na cor dourada, com base em resina plástica ou madeira de alta qualidade na cor natural ou preto, não inferior a 80 cm.	Unidade	120
23	Placar de mesa Descrição:Possui sistema articulado e pino de trava para ser apoiado na mesa. Leve e dobrável, possui formato fechado de pasta para facilitar o transporte. Marcação de 7 sets até 31 pontos. Numeração: 1 a 31 pontos. Sets: 1 ao 7. Os números são estampados na frente e no verso da 06 placa, se um número estiver de um Unidade lado, o outro lado estará igual. Material: PVC (estrutura) e papelão (plaquinhas). Dimensões aproximadamente: Aberto: Altura: 21 cm Largura: 20 cm Comprimento: 38 cm. Fechado: Altura: 21 cm Largura: 4 cm. Comprimento: 38 cm. Placa maior- Altura: 13,5 cm Comprimento: 0,5 cm Placa menor- Altura: 5,8 cm.	Unidade	02
24	Prancheta magnética de futebol de campo Descrição: d i m e n s õ e s a p r o x i m a d a s : Tamanho de 30 cm de altura e 24 cm de largura, com 11 Unidade jogadores numerados azuis e 11 jogadores de vermelhos; 01 bola magnética branca, 01 canetão (pincel atômico)	Unidade	01
25	Raquete de Beach Tennis Descrição: As raquetes de Beach. Medidas aproximadas: Largura - 22,5cm x Altura - 47cm x Espessura - 15mm Quantidade de Furos:38 peso: 330g a 390g	Unidade	04
26	Rede Colmeia para Society Descrição: Rede Colmeia para Society no fio 4 mm 4.00 x 2.20 x 0.60 x 1.20 Nylon; VEU (PAR) com tratamento uv contra os raios solares. Fio 100% virgem confeccionada na malha 14 x 14cm entre nós em formando a corda trançada. Material: (PEAD) polietileno de alta densidade - 100% virgem, com tratamento contra ações dos raios (U.V.A) ultravioleta, espessura do Fio: 4mm; Dimensões: 4,0m na largura, 2,20 m de altura, 0,60m de recuo superior e de 1,20m de recuo inferior;	Unidade	03
27	Rede de Campo Descrição: Par de rede de futebol de campo, fio 8mm, tipo véu seda. Confeccionada em malha 15x15cm em corda trançada. Material: Polipropileno, com tratamento contra as ações (uv). Dimensões aproximadamente: 7,5m na largura, 2,50 m de altura, 1 m de recuo.	Par	03
28	Rede de campo fio 4mm Descrição: Confeccionada na malha 15x15cm entre nós em corda trançada; Material: Polietileno de alta densidade 100% virgem, com tratamento contra as ações (U.V); Espessura do fio: 4mm; Dimensões: 7,5m na largura, 2,5m de altura, 0,80m de recuo superior e 1,50m de recuo inferior.	Unidade	03
29	Rede de Vôlei Descrição: Reforçada com 04 Faixas em lona de algodão cru. Dimensões aproximadas: Fio 2,5 mm cor preta em Polietileno (Nylon) 100% virgem, com tratamento U.V. Malha 12 x 12 cm; Rede com 4 lonas; Com ilhós metálico e revestimento interno em couro sintético nas pontas para amarração; Rede com costura dupla nas lonas; Lona Superior com 7 cm de largura, e lona inferior com 5 cm de largura. Dimensões: 1,00 x 9,50 m; Fio Guia para passar o Cabo de Aço.	Unidade	02

30	Troféu Dourado Descrição: 1º lugar, equipe, em material metálico na cor dourada, com base em resina plástica ou madeira de alta qualidade na cor natural ou preto, não inferior a 120 cm	Unidade	20
31	Troféu Dourado -3º lugar Descrição: equipe, em material metálico na cor dourada, com base em resina plástica ou madeira de alta qualidade na cor natural ou preto, não inferior a 70 cm.	Unidade	20
SUBGRUPO III			
32	Aparador de chutes Descrição: Fabricado com dupla camada de policloreto. Preenchido com duas camadas de diferentes densidades proporcionando proteção e conforto ao atleta. Possui quatro áreas de respiro que permitem redução das forças internas no momento da pancada. Contém três pegadores anatômicos deixando a pegada confortável e segura evitando o desgaste do treinador. Os pegadores são reforçados com rebites. Indicações: Treino de velocidade, potência e precisão. Dimensões aproximadas 60x40x12.	Unidade	20
33	Apito profissional 40 Descrição: Confeccionado em PVC, material rígido, potência sonora de 120 decibéis.	Unidade	115
34	Arco de plástico (tipo bambolê) Descrição: Confeccionado em tubo PVC 20mm com circunferência mínima 60cm, resistente. Em diversas cores.	Unidade	20
35	Bastão de Madeira Descrição: 120 cm de comprimento x 2,2 cm de diâmetro. Madeira: Pinus. Acabamento: Cortado e Lixado.	Unidade	20
36	Bola de basquete Descrição: Bola basquete tamanho e peso aproximado oficial 75/76 cm e 567/623 aprovada FIBA tamanho 7.	Unidade	12
37	Bola de Basquete Infantil Descrição: Bola Profissional de Basquete, Tamanho Infantil com selo da NBB, acabamento antideslizante. Circunferência aproximada: 68 - 70 cm, Câmara (6D): 100% borracha butílica, Peso aproximado: 470 - 500 g, Composição: 100% Microfibras, Miolo: Removível	Unidade	15
38	Bola de Beach Tennis Descrição: Bola de Beach Tennis - Pack com 06 Bolas. Perfil: Tênis e Beach Tennis; Material: Borracha macia, feltro; Detalhes: Pacote contém 06 bolas de beach tennis, amarela e laranja, 50% mais lenta que as bolas tradicionais, indicada para praticar de Beach Tennis; - Origem: Nacional. Similar a Bola de Beach Tennis Spin – Pack ou de mesma qualidade.	Pacote	5
39	Bola de Futebol de Areia (Beach Soccer) Descrição: Costurada com 08 gomos, confeccionada em PU (PU ultra 100%), diâmetro: 68-69 cm, peso deverá ser aproximadamente 420 a 450 gramas, câmara 6D, acabamento com alta tecnologia, miolo "slip", sistema removível e lubrificado, aprovada pela confederação de beach soccer.	Unidade	110
40	Bola de futebol de campo masculino Descrição: Adulto de linha, confeccionada em pu ultra 100%, 08 gomos, tecnologia termotec com camada neogel, válvula slip. Padrão oficial ou similar da mesma qualidade	Unidade	225
41	Bola de futebol Society Descrição: Circunferência: 66 a 69 cm. Peso: 425g a 450g. Gomos: 14 Gomos. Material: Laminado PU PRÓ. Construção: Termotec. Sistema de Forro: Termo fixo. Câmara: 6D. Miolo: Capsula SIS. Camada interna: NEOEL. Processo extra: Dupla Colagem e Kick Off.	Unidade	110
42	Bola de futevôlei Descrição: Sua circunferência tem entre 68 e 70 centímetros. O peso varia um pouco mais, e oscila entre 390 e 460 gramas.	Unidade	110

	Outro fator é a pressão de calibragem. A bola de futevôlei, deve ser cheia com pressão entre 0,56/0,63 kg/cm.		
43	Bola de Futsal Masculino Adulto Descrição: Câmara interna: 6D, 100% borracha butílica; Circunferência aproximada: 62 - 64cm; Peso aproximado: 410 - 430g; Revestimento: 100% Poliuretano (PU); Miolo: Removível; não possui costura, apenas sistema de colagem duplo; Gomos: 11; similar a bola de futsal Max 1000 IX, ou de mesma qualidade.	Unidade	225
44	Bola de Futsal Masculino Infantil Descrição: Oficial para jogos internacionais, de 1ª linha, com 32 gomos, tamanho 61-64 cm, peso 410-440 gramas, de 1ª qualidade, confeccionada com PU ultra 100%, válvula SLIP.	Unidade	215
45	Bola de futsal masculino juvenil Descrição: Com 08 gomos, tamanho 61-64 cm, peso 410-440 gramas, de 1ª qualidade, confeccionada com PU ultra 100%.	Unidade	15
46	Bola de Handebol HL1 Descrição: Tamanho 50 – 52 cm e 290– 330 g; confeccionada com poliuretano; válvula removível e lubrificada. A bola deverá conter código de barras. Válvula substituível. Em volta da válvula deverá conter a expressão “miolo substituível, câmara: airbility costurada. Protótipo similar a Penalty Suécia h2l. ou de mesma qualidade.	Unidade	205
47	Bola de Handebol HL2 Descrição: Especificações Técnicas: Bola Profissional de Handebol; Tamanho Feminino; aprovada pela IHF (Federação Internacional de Handebol); indicada para uso sem cola; máxima performance; Costurada; PU Ultra Grip (Acabamento e base de PU. Revestimento externo com película aderente, o que proporciona maior grip nas mãos das atletas); 32 gomos; Circunferência: 54 - 56 cm; Peso: 325 - 400g; Câmara Airbility (Feita com borracha butílica, possui sistema de balanceamento, com ótima resistência à retenção de ar.) A válvula é composta de borracha natural e sintética.	Unidade	10
48	Bola de Handebol HL3 Descrição: Bola Profissional de Handebol. Tamanho Masculino. De 1ª linha. Aprovada com selo da CBHB (Confederação Brasileira de Handebol); aprovada pela Federação Internacional de Handebol; Indicada para uso sem cola; confeccionada em poliuretano PU; Circunferência de 58- 60cm; Peso 425-475gramas; 32 gomos nas cores azul e amarelo; Costurada. A bola deverá conter: logomarca da Federação Internacional de Handebol, expressão “handball”; logomarca da Confederação Brasileira de Handebol; código de barras. Válvula substituível, miolo removível e lubrificado. Em volta da válvula deverá conter a expressão “miolo substituível e lubrificado”, câmara: airbility costurada. Protótipo similar a Bola Penalty Suécia h3l. ou de mesma qualidade.	Unidade	5
49	Bola de iniciação nº 10 Descrições: Matrizada, Confeccionada em Borracha, para treinamento esportivo indicada para uso recreativos e para iniciantes. Circunferência 48 - 50 cm peso 180 a 200g, alta performance e resistência, miolo substituível, câmara em butil.	Unidade	5
50	Bola de iniciação nº 12 Descrição: Matrizada, confeccionada com borracha, para treinamento esportivo indicada para uso recreativos e	Unidade	5

	para iniciantes. Circunferência: 57 - 59 cm. peso: 250 - 270 g, câmara airbilty, miolo slip system removível e lubrificado.		
51	Bola de iniciação nº 14 Descrição: Matrizada,confeccionada com borracha, paratreinamento esportivo indicada para uso recreativos e para iniciantes. Circunferência: 65-67 cm. Peso: 350- 370g. câmara airbilty, miolo slip system removível e lubrificado.	Unidade	5
52	Bola de Vôlei de Praia Descrição: Bola de vôlei de areia/praias - Oficial da Confederação Brasileira de Vôlei (CBV), com 12 gomos, confeccionada com microfibras, tecnologia termotec com absorção de 0% de água, ideal para a modalidade, diâmetro: 65 - 67 cm, peso: 260 - 280 gr, câmara airbilty, construção: termotec, miolo slip system removível e lubrificado.	Unidade	110
53	Bola de voleibol Descrição: Material: Microfibras, Composição: Microfibras/ Vôlei Pró 7.0 5 é perfeita para os atletas da modalidade que desejam se aperfeiçoar. Produto profissional com 16 gomos; aprovada pela Federação Internacional de Voleibol (FIVB). Gênero: Unissex, Indicado para: Jogo; Câmara Arbilty. Peso do Produto: 260g - 280g, Circunferência: 65cm - 67cm. Similiar a Bola Penalty Vôlei Pró 7.0 5 ou de mesma qualidade.	Unidade	10
54	Bola futebol de 5 Descrição: Esporte paralímpico para deficientes visuais em couro com guizo. Medidas de 61 - 64 cm de circunferência, peso de 410 - 440 gramas, Composição: PU, costurada, Tipo: Futsal.	Unidade	5
55	Bola Oficial de Basquetebol Descrição: Nº 6, padrão oficial, feminina, matrizada. Válvula slip system removível. Diâmetro: 72 - 74 cm, peso: 550 - 566 g câmara: câmara airbilty, material: borracha, com tecnologia miolo: miolo slip system removível e lubrificado. Protótipo similar a bola Penalty 6.4. ou de mesma qualidade.	Unidade	5
56	Bola Oficial De Basquetebol Descrição: Nº7, padrão oficial, masculino, matrizada, aprovada pela CBB (Confederação Brasileira De Basquete), diâmetro de 75 a 78cm, peso: 580-630g, Câmara: câmara airbilty. Válvula slip system removível. Protótipo similar a Penalty pró 7.4. ou de mesma qualidade.	Unidade	5
57	Bolas de Ping Pong Descrição: 12 Bolas Medidas aproximada de 40mm Material: Acetato, Celuloide.	Pacote	3
58	Bolas de Tênis Estágio 2 Descrição: Bolas de borracha/feltro, aproximadamente 50% mais lentas do que as tradicionais, aprovadas pela ITF (Internacional Tennis Federation), Embalagem contendo 36 bolas.	Embalagem	5
59	Bolsa Esportiva Descrição: Mala-mochila, utilizada para guardar medicamentos para socorro de atletas (massagista), 40 litros, 55x35cm.	Unidade	5
60	Bomba Descrição: De encher bola dupla ação, em PVC, acompanha mangueira e kit de bicos de metal.	Unidade	58
61	Caixa Térmica (32L) Descrição: Caixa Térmica 32 Litros. Material em polipropileno interno e externo, isolamento em eps e tampa de polietileno de alta densidade. Tem formato retangular, alça lateral ajustável e tampa com trava.	Unidade	30
62	Caneleira Profissional Emborrachada 2 kg Descrição: Composição: Tecido Emborrachado, Enchimento Em Grão De Ferro, Fechamento Em Viés E	Par	10

	Costuras resistentes e reforçadas, Regulagem de fechamento em velcro. Unidade: Par (2 Caneleiras)		
63	Caneleira Profissional Emborrachada 3 kg Descrição: Composição: Tecido Emborrachado, Enchimento Em Grão De Ferro, Fechamento Em Viés E Costuras Resistentes E Reforçadas, Regulagem De Fechamento Em Velcro. Unidade: Par (2 Caneleiras)	Par	10
64	Caneleira Profissional Emborrachada 4 kg Descrição: Composição: Tecido Emborrachado, Enchimento Em Grão De Ferro, Fechamento Em Viés E Costuras Resistentes E Reforçadas, Regulagem De Fechamento Em Velcro. Unidade: Par (2 Caneleiras)	Par	10
65	Caneleira Profissional Emborrachada 5 kg Descrição: Composição: Tecido Emborrachado, Enchimento Em Grão De Ferro, Fechamento Em Viés E Costuras Resistentes E Reforçadas, Regulagem De Fechamento Em Velcro. Unidade: Par (2 Caneleiras)	Par	10
66	Caneleira Profissional Emborrachada 6 kg Descrição: Composição: Tecido Emborrachado, Enchimento Em Grão De Ferro, Fechamento Em Viés E Costuras Resistentes E Reforçadas, Regulagem De Fechamento Em Velcro. Unidade: Par (2 Caneleiras)	Par	10
67	Cartão para árbitro Descrição: Confeccionado em PVC (amarelo e vermelho).	Unidade	60
68	Colchonetes para ginástica Descrição: Medindo 1,00m de comprimento, 60 cm de largura e 03 cm de altura, revestindo em 100% policloreto de vinila plastificado (courvim), base 50% de algodão e 50% poliéster (vinil), com 12 mm de espessura. Cores a escolha da Administração.	Unidade	20
69	Cone de PVC Descrição do produto: Corpo em PVC; Base de borracha; Faixa refletiva branca; Cor Laranja. Dimensões aproximada do produto: Altura: 75 cm Comprimento: 41 cm Largura: 41 cm .	Unidade	20
70	Cone de PVC Descrição: Cone adequado para a demarcação de áreas, circuitos e treinamentos esportivos. Aproximadamente medindo Tamanho: 23cm de altura, 13,5cm de largura. Material: PVC flexível. Cores sortidas	Unidade	60
71	Corda de Pular em PVC	Unidade	110
72	Corda Naval Revestida 38 mm - 7 Metros	Unidade	60
73	Cronômetro digital Descrição: Cronômetro/Relógio, resistente à água, as características adicionais do relógio cronômetro incluem um bip de 5 a 240 beeps por minuto e um indicador triplo grande, com contraste ajustável.	Unidade	12
74	Dardo de Arremesso em alumínio para Atletismo Descrição: Corpo em alumínio; ponteira de aço; peso mínimo 500g	Unidade	30
75	Prato Agilidade Chapéu Chinês Treinos Descrição: Material em plástico flexível com altura de 6 cm, ideal para treinamento de agilidade e equilíbrio.	Unidades	30
76	Barreiras De Obstáculo Para Treinamento De Agilidade Descrição: Material de alta qualidade em polietileno. Tendo seu Peso leve de 1,7 kg e altura máxima de 50 cm para fácil manuseio e transporte. Essas barreiras são ideais para treinos de agilidade e velocidade.	2(kit) com 5 unidades	10

77	Escada Treinamento Funcional Agilidade 20 Degraus 10m Mb Fit Descrição: Escada Para Treino De Agilidade Ajustável Até 20 Estágios, Feita em nylon e plástico de alta qualidade, com tamanho de 10 cm.	Unidades	2
78	Step Eva Descrição: STEP de e.v.a é recomendando para a prática de exercícios físicos de alta intensidade, tanto nas academias como em locais abertos. Altura de 10 cm e seu comprimento é de 60 cm x 28 cm. Obs: Cores variadas	Unidades	50
79	Cones furados para Barreiras de Agilidade Descrição: Ideal para praticar esportes, treinamentos físicos e agilidade. Utilizado para os circuitos funcionais ou demarcação de campos, praia, quadras e etc. Produto leve e durável, tendo seu material em Plástico. Dimensões: Altura: 23 cm Diâmetro: 12 cm.	Unidades	30
80	Cones Marcação Descrição: É produzido em polietileno de baixa densidade, o que faz dele um cone resistente, durável e leve. A base, por ter formato hexagonal, promove boa estabilidade e firmeza ao equipamento. Desenvolvido para delimitação de diferentes espaços em treinos esportivos e funcionais, de forma a promover uma melhor organização de circuitos e, assim, resultar em melhor desempenho. Tam. 20cm. Lisa	Unidades	30
81	Kettlebell 05kg Descrição: Material emborrachado Ferro Fundido com peso de 05 kg, formato arredondado.	Unidades	4
82	Kettlebell 10 kg Descrição: Material emborrachado Ferro Fundido com peso de 10 kg, formato arredondado.	Unidades	4
83	Bola de Pilates Descrição: É um acessório utilizado para complementar os mais diversos exercícios de pilates, por ser um item extremamente versátil e que possibilita um impacto reduzido na execução da atividade. Material em PVC Tamanho 65cm – Ante estouro – Suporta até 300kg – Com Bomba	unidades	6
84	Band Mini Band Faixa Elástica Pilates Fisioterapia Descrição: Faixa elástica para treinamento físico, alongamentos e fisioterapia desenvolvida, resistência: extra forte, com comprimento de 30cm.	5(KIT) com 5 unidades	25
85	Par Halter Bola 6 kg Descrição: Par Halter Bola Emborrachado Peso 5kg é ideal para exercícios em casa, com design na cor preta.	Unidades	20
86	Par Halter Bola 5 kg Descrição: Par Halter Bola Emborrachado Peso 5kg é ideal para exercícios em casa, com design na cor preta.	Unidades	20
87	Jump Descrição: Jump Mini Cama Elastica Profissional Academia 150 Kg, Lona com mais de 2000 mil fios de nylon emborrachada com 8 costuras duplas reforçadas, com 70 cm de diâmetro Estrutura com aro de reforço Chapa grossa de aço carbono de 18"	unidades	10
88	Cronômetro Córdio Progressivo Digital Com Relógio E Alarme com corda	Unidades	6
89	Bola Society Topper. Descrição: Produto fabricado em pvc. Peso mínimo suportado: 400g. Peso máximo suportado: 420g. Superfície de jogo: grama sintética Com costura	Unidades	5
90	Bastão Ginástica Academia Descrição: Ideal para treinos de resistência. 100x03 Cm 1/2kg	Unidades	30
91	Caneleira Emborrachado 5k	Unidades	25
92	Colchonete Descrição: comprimento 1.20 X 60 X 4 Cm Academia/escola/ginastica Cor Azul	unidades	20
SUBGRUPO IV			
93	Baqueta de madeira, lisa, com ponta para caixa de guerra.	Par	50

94	Baqueta de Silicone - Uso profissional, confeccionada em silicone, tamanho: 42,5 cm. Flexível, sem ponta.	Par	30
95	Baqueta de silicone com uma ponta	Und	30
96	Baqueta para caixa de guerra 5ª	Par	100
97	Baqueta para Fuzileiro - Para Fuzileiro, uso profissional, maçaneta para bumbo com bola revestida em Pelúcia. Cabo 30 cm, corpo e bola confeccionada em madeira marfim, com cordão pendente no cabo para a prática de giros, tamanho: comprimento 300mm e diâmetro 25mm.	Par	200
98	Baquetas para Tarol - Para Tarol, uso profissional, confeccionada em ponta de oliva, corpo de marfim. Tamanho: comprimento - 40,9 cm e diâmetro - 1,5 cm. Peso de aproximadamente 50 gramas cada baqueta.	Par	150
99	Batuta para Regência - Uso profissional, super prática, muito leve, cabo pêra da cor preta e haste da cor branca, haste de fibra de vidro e cabo pêra acrílico, comprimento incluindo o cabo pêra: 38cm	Und	15
100	Bumbo Fuzileiro - Aro 20, uso profissional, confeccionado em alumínio com aro cromado, pele leitosa.	Und	10
101	Bumbo fuzileiro aro 22", uso profissional, confeccionado em alumínio com aro cromado, pele leitosa.	Und	25
102	Esteira - 36 Fios. Uso profissional aro 13, extra largo, confeccionada em aço, maior articulação e resposta de esteira, acabamento cromado, som tradicional, bem agudo, definição de esteira, com tiras de nylon para fixação no sistema de automáticos.	Und	50
103	Esteira - 36 Fios. Uso profissional, aro 14, extra largo, confeccionada em aço, maior articulação e resposta de esteira, acabamento cromado, som tradicional, bem agudo, definição de esteira, com tiras de nylon para fixação no sistema de automáticos.	Und	35
104	Jogo de Alicates Profissional - Uso profissional, jogo com 4 itens, sendo: 01 Alicate universal 200 mm (8"), 01 Alicate de corte diagonal 165 mm (6,5"), 01 Alicate de bico meia cana 165 mm (6,5"), 01 Alicate desencapa dor de fios, 01 Mosquitinho.	Und	10
105	Maçaneta para Bumbo - Para Fuzileiro, uso profissional, maçaneta para bumbo com bola revestida em Pelúcia, cabo 30 cm, corpo e bola confeccionada em madeira marfim, com cordão pendente no cabo para a prática de giros. Tamanho: comprimento - 300mm e diâmetro - 25mm	Und	25
106	Maçaneta para bumbo Pelúcia 320mm preta ou laranja.	Und	40
107	Maçaneta para bumbo, em madeira, com bola felpuda.	Und	40
108	Napa - Cor Branca, confeccionada em courano (courino), resistente, flexível, 100% impermeável, composição: 60% Poliéster, 20% PVC, 20% Polipropileno	metro	60
109	Napa - Cor vermelho, confeccionada em courano (courino), resistente, flexível, 100% impermeável, composição: 60% Poliéster, 20% PVC, 20% Polipropileno	metro	60
110	Napa - Cor preta, confeccionada em courano (courino), resistente, flexível, 100% impermeável, composição: 60% Poliéster, 20% PVC, 20% Polipropileno.	metro	60
111	Pele - Aro 06. Uso profissional, confeccionada em pele leitosa, podem ser usadas como pele de ataque ou resposta, para instrumentos de percussão.	Und	30
112	Pele - Aro 08. Uso profissional, confeccionada em pele leitosa, podem ser usadas como pele de ataque ou resposta, para instrumentos de percussão.	Und	40
113	Pele - Aro 10. Uso profissional, confeccionada em pele leitosa, podem ser usadas como pele de ataque ou resposta, para instrumentos de percussão.	Und	60

114	Pele - aro 10 porosa.	Und	6
115	Pele - Aro 11. Uso profissional, confeccionada em pele leitosa, podem ser usadas como pele de ataque ou resposta, para instrumentos de percussão.	Und	40
116	Pele - Aro 12 / uso profissional, confeccionada em pele leitosa, podem ser usadas como pele de ataque ou resposta, para instrumentos de percussão.	Und	40
117	Pele - aro 12 porosa.	Und	06
118	Pele - Aro 13. Uso profissional, confeccionada em pele leitosa, podem ser usadas como pele de ataque ou resposta, para instrumentos de percussão.	Und	50
119	Pele - aro 13 porosa.	Und	06
120	Pele - Aro 14. Uso profissional, confeccionada em pele leitosa, podem ser usadas como pele de ataque ou resposta para instrumentos de percussão.	Und	200
121	Pele - Aro 18. Uso profissional, confeccionada em pele leitosa, podem ser usadas como pele de ataque ou resposta para instrumentos de percussão	Und	40
122	Pele - Aro 20. Uso profissional, confeccionada em pele leitosa, podem ser usadas como pele de ataque ou resposta para instrumentos de percussão	Und	40
123	Pele - Aro 22. Uso profissional, confeccionada em pele leitosa, podem ser usadas como pele de ataque ou resposta, para instrumentos de percussão.	Und	200
124	Pele de resposta para caixa de guerra aro 14".	Und	40
125	Pele Hidráulica Batedeira para Tarol - Aro 14. Uso profissional, confeccionada em pele hidráulica para instrumentos de percussão, transparente, anel abafador interno, filme simples, sonoridade encorpada, tonalidade mais profunda, grave e controlada.	Und	20
126	Pele Hidráulica para Bombo Fuzileiro - Aro 22. Uso profissional, confeccionada em pele hidráulica para instrumentos de percussão, transparente, anel abafador interno, filme simples, sonoridade encorpada, tonalidade mais profunda, grave e controlada	Und	60
127	Pele para repique	Par	30
128	Pele Resposta para Tarol - Aro 14. Uso profissional, confeccionada em pele leitosa, pele resposta, transparente, para instrumentos de percussão	Und	100
129	Prato splash aro "14"	Und	50
130	Pratos "16" marching band	Und	50
131	Pratos para banda 13". Produzida em bronze B8 (liga metálica de cobre com estanho)	Und	50
132	Quadriton - Aros 08, 10, 12 e 13. Uso profissional / confeccionado em madeira revestidos com lâminas de fórmica, acabamento interior com lixamento e impermeabilizado para maior durabilidade e proteção da madeira, canoas com fixação dupla no tambor, parafusos de afinação individual e carrier (colete) de alumínio pintado com revestimento interno emborrachado.	Und	04
133	Repique: 10" x 30cm Pele leitosa P2 4 afinadores Corpo de alumínio Ferragens pretas	Und	04
134	Rotonton - Aros 6, 8 e 10. Uso profissional, com 5 afinações, com caneca, tons de efeito para bateria, padrão profissional econômico, kit com 3 tons (6", 8", 10") / com estante apoiadora, timbres agudos com alta projeção e ataque, afinação simples e prática, basta girar o tom sobre a estante.	Und	05
135	Talabartes - 02 ganchos, em nylon, com 5 cm de largura e com 2 ganchos, preto.	Und	300
136	Tarol - Aro 14. Uso profissional, confeccionado em alumínio com aro cromado, pele leitosa.	Und	50
137	Timbal - Aro 14. Uso profissional, 16 afinações, confeccionado em alumínio polido, com aro cromado, pele leitosa, com pedestal.	Und	04

138	Timbal de madeira 70x14	Und	20
139	Napa - Cor azul royal, confeccionada em courano (courino), resistente, flexível, 100% impermeável, composição: 60% Poliéster, 20% PVC, 20% Polipropileno.	Mt	60
140	Lira musical. Descrição: Lira de Banda As liras produzidas pela JOG Vibratom, trazem a qualidade já conhecida pelas grandes bandas e fanfarras nacionais. Fabricadas uma a uma em um processo meticuloso de afinação, as liras JOG têm o diferencial de serem produzidas com materiais nobres, como o alumínio. As liras JOG são fabricadas em modelos adaptados às necessidades das mais diversas bandas e fanfarras, com opções adequadas ao público infantil, juvenil e adulto. - Espessura das Teclas - 9.53mm - 25 Teclas em Alumínio - Dó5 - C5 a Dó7 - C7 Cromático - Armação em Alumínio - Cabo retrátil - Dimensões Aproximadas 72 x 50 x 6 cm - Peso Aproximado 5.4 kg	UND	16
141	b) TIMBA –Timba Luen 50cm x 10 -4 Afinações- Timba verniz - Pele:Leitosa - Ferragem: Pop Preta	UND	40
142	Timba Madeira Verniz 70x13 aro preto. Descrição: Medidas disponíveis: 70x13" Pele leitosa, 6 Afinadores, Corpo Madeira Ferragens: Pintadas Preta	UND	20
143	a. CAIXA INSTRUMENTO Caixa de Guerra Batuka 60023 by Luen 14 polegadas x 15cm – Corpo em alumisteel: liga de alumínio e zinco, passa por processo de galvanoplastia, oferecendo melhor blindagem contra oxidação e mais resistência que o alumínio tradicional. Características: Medidas: 14" x 15 cm Peso aproximado: 1,8 kg Pele bateadeira leitosa grossa 190 microns Pele de resposta cristal transparente Esteira com 6 fios 6 afinadores em tirante Corpo em alumisteel de alta resistência - Ferragens pretas - Aros em chapa	UND	20
144	Napa Bagun – Cor verde, confeccionada tecido bagun impermeável com toque macio, de fácil manuseio e que facilita a costura e a colagem.	metro	60